



Centro Universitário de Brasília

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Representações Sociais de Turista para as Crianças de São
Jorge :
Um Estudo de Caso.

Maria Rosa Sautchuk

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2005

Maria Rosa Sautchuk

Representações Sociais de Turista para as Crianças de São Jorge: Um estudo de caso.

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso
de Psicologia do UniCEUB –
centro Universitário de Brasília.
Professora Orientadora: Cynthia
Ciarallo.

Brasília/DF, Novembro de 2005.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe querida pelo apoio, exemplo e por todo o amor e carinho.

Ao meu querido Marcelo, pelo companheirismo, atenção, pelo amor e principalmente pela compreensão.

Às grandes e inseparáveis amigas de curso e principalmente de vida, Luiza, Livia e Amanda pelo companheirismo, pelo carinho, atenção e principalmente pelo amor.

À admirável psicóloga e grande amiga Virginia Turra e ao queridíssimo amigo Junior.

À paciente e querida orientadora Cynthia Ciarallo.

À comunidade de São Jorge, em especial às queridas crianças, ao Seu Otávio e à Kika, pelo apoio e aconchego.

Aos meus irmãos e ao meu pai querido, pela inspiração e pelo exemplo.

À segunda família Ana e Og, pelo acolhimento e pela alegria.

Ao meu avô, minha avó e minha tia Anna, tão queridos, pela presença e apoio.

Sumário

	Pg
1- Introdução.....	05
2- Capítulo Um : Um Breve Histórico de São Jorge.....	08
3 - Capítulo Dois: O Turismo e Suas Interfaces	17
4- Capítulo Três: A Criança e as Representações Sociais.....	24
5 – Metodologia.....	36
5.1 - Contexto da Pesquisa.....	36
5.2 – Sujeito.....	36
5.3 - Instrumentos	36
5.4 – Procedimentos.....	37
6 – Resultados / Discussão.....	39
7 – Conclusão.....	48
8 – Referências Bibliográficas	49

Resumo

A idealização deste trabalho surgiu a partir de uma pesquisa já em andamento, sobre a infância em São Jorge. Esta Vila que se localiza no interior de Goiás, passou de uma economia baseada no garimpo para a exploração e dependência do ecoturismo por conta da presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em suas mediações. Definiu-se então, a partir do interesse já estabelecido pelo estudo das crianças, somado à percepção da influência da figura dos turistas sobre estas, por estudar as possíveis Representações Sociais do turista para as crianças de São Jorge. O primeiro capítulo faz um breve histórico sócio-cultural da Vila de São Jorge. O segundo aborda a questão do turismo e suas interfaces sociais. E por fim, no terceiro e último capítulo, por se tratar de um estudo voltado à infância, foram abordadas algumas teorias a respeito do desenvolvimento infantil, vinculadas a teorias de representações sociais. A coleta de dados foi realizada *in loco*, através de entrevistas semi-estruturadas, contemplando três crianças, por se tratar de uma pesquisa qualitativa. Através da categorização dos dados e da confluência com as teorias estudadas, chegou-se à conclusão de que as representações das crianças frente aos turistas passam por um sujeito chato, que gera incômodo e veto, mas que concomitantemente traz a provisão. Além disso, existe uma visão do turista como um colonizador, e a criança se representa como uma peça importante, sem a qual o turista não pode desfrutar a região.

A idealização deste trabalho surgiu a partir da participação da autora, como pesquisadora auxiliar, num projeto de pesquisa coordenado pela psicóloga Virgínia Turra, em andamento na Vila de São Jorge, Chapada dos Veadeiros (GO) desde 2004. Tal projeto tem como principal objetivo investigar a infância desta vila, sob vários aspectos.

Desde o início, os contatos com a comunidade e as crianças foram muito instigantes. As conversas e interações trouxeram questões diversas a respeito de histórias e vivências, e uma das mais importantes foi a presença e a influência do turismo sobre a vila.

A Vila de São Jorge teve em seus primórdios, como principal atividade de seus moradores, a prática do garimpo. Além de ter sido o sustento daquela gente, é hoje também descrito, de forma poética por moradores antigos, como meio de descanso, amizade e felicidade. Passavam dias a fio *no mato*, dormindo sob o luar e acordando ao som dos pássaros, contando *causos* e vivendo numa troca com a natureza. Esta troca, porém, nem sempre era de todo *justa*, segundo a narrativa dos moradores. Às vezes, depois de dias à procura de pedras, voltavam para casa de mãos vazias.

Em 1961 foi implantado, nas imediações de São Jorge, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Para tanto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA¹ teve de realizar um trabalho de conscientização e *troca* com a comunidade de garimpeiros. O Instituto ofereceu cursos e empregos de guias de turismo ecológico para assegurar a não utilização das terras, nem para o garimpo nem para a *roça*, *deveria se preservar o meio ambiente* (Discurso de moradores de São Jorge). Melo (1999), em sua dissertação “A relação entre unidade de conservação e comunidade do entorno: estudo de caso - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”, apresenta dados que demonstram a dificuldade que os nativos enfrentaram mediante à fiscalização rígida, pois perderam o direito de uso e, em muitos casos, a posse de suas terras.

¹ O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. É uma fato de serem autarquia federal, foi criado pela Lei 7735/89, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, responsável, principalmente, pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente e desenvolve atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo controle e fiscalização sobre o uso dos recursos naturais.

As dificuldades perduraram por vários anos, até que, em 1986, com o asfaltamento da GO-118, que passa por Alto Paraíso, principal cidade da região, o fluxo de turismo aumentou consideravelmente em toda a região e, especialmente, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Ocorreu então na Vila uma especialização funcional voltada para o turismo (Melo, 1999). Cursos de guia turístico foram oferecidos pelo IBAMA à comunidade, no intuito de aproximar a população do Parque, dar-lhe uma fonte de sustento e trazer noções de preservação ambiental, bem como amenizar conflitos entre comunidade e a Unidade de Conservação², sendo estas atividades ampliadas a partir da década de 1990.

A vila de garimpeiros passou por uma rápida transição em curto espaço de tempo, deixando uma cultura de extração de cristal, de cultivo artesanal da terra e de caça, para uma cultura de exploração do turismo. Muitas coisas mudaram e continuam mudando em vários aspectos da vida dos moradores, trazendo conflitos. Em uma observação participante realizada em São Jorge, um morador antigo da cidade, da *época do garimpo* relatou gostar da presença dos turistas e até mesmo da *bagunça e barulho que fazem*. Porém, em certa altura da conversa, este senhor relata não deixar os filhos entrarem em contato com os turistas *Quando eles estão aqui, eu não deixo os meninos irem para a rua, eles (turistas) não respeitam e acendem cigarro de maconha o tempo todo, até na porta de casa*.

É neste contexto, e a partir do encanto das interações vividas em contatos com as crianças de São Jorge, que surgiu a pretensão de entender como estas crianças vêem e percebem a presença destes fatos e mudanças, bem como dos turistas. Nos primeiros contatos com a comunidade, o discurso era o de agradecimento e muita simpatia diante da presença do turismo e dos turistas na Vila. Porém, depois de algum tempo, começaram a surgir alguns conteúdos significantes, o incômodo e as resistências da comunidade em relação aos turistas. As crianças em especial, tendem a não esconder por completo em seus discursos, questões que as incomodam, tendo sido assim consideradas como sujeitos instigantes e potenciais para esta pesquisa.

Para conhecer os sentidos, crenças, imagens e significados que as crianças da Vila têm acerca do turista, optou-se pela abordagem das Representações Sociais, teoria psicossocial

² Unidade de Conservação é, segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 2º, inciso I - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

preconizada por Serge Moscovici (1961). Tal perspectiva entende o indivíduo não só como um ser de natureza individualizante, mas sim como produto e produtor de seu meio social.

Desta forma, verificar se existem ou não representações sociais de turistas para as crianças foi objetivo deste trabalho, buscando-se conhecer de que forma a presença dos turistas atravessa suas práticas, desenvolvimento biopsicossocial e subjetividade. Segundo Sá (1998), simplesmente descrever conteúdos cognitivos referentes a uma determinada representação, sem relacioná-los às condições sócio-culturais favorecedoras de sua emergência, bem como discussões não confrontadas à estudos e teorias anteriores, não configuram uma pesquisa realmente completa dentro da dimensão do campo das representações sociais. Assim, através de entrevistas, instrumentos lúdicos, observações *in loco* e participativas buscou-se conhecer possíveis representações sociais de turista para as crianças de São Jorge.

O primeiro capítulo apresentará um histórico da Vila de São Jorge, visto que este é o cenário desta pesquisa, desde seus primórdios até os dias atuais, passando por questões relevantes a este estudo, tais quais a extinção do garimpo e a implantação do Parque Nacional Da Chapada dos Veadeiros. O segundo capítulo abordará um breve histórico do turismo e suas conseqüências no âmbito sócio-cultural das comunidades receptoras. O terceiro e último capítulo tratará do desenvolvimento biopsicossocial, e terá como objetivo situar o leitor quanto aos sujeitos desta pesquisa, as crianças, bem como demonstrar as interfaces entre desenvolvimento e representações sociais.

Um Breve Histórico de São Jorge

As primeiras ocupações da região dos cerrados ocorreram dois séculos após a descoberta do Brasil. Segundo Albuquerque (conforme citado por Melo, 1999), a descoberta de minerais preciosos no interior de Goiás foi o ponto de partida para o início da exploração do cerrado, que foi um dos últimos biomas³ nacionais a ser tocado. Em 1741, foi criado o Núcleo Urbano de Cavalcante, que foi a sede político-administrativa da região por duzentos anos. A região hoje conhecida como Chapada dos Veadeiros era denominada nesta época Chapada Cavalcante.

José Raimundo, garimpeiro da Chapada dos Veadeiros desde 1961, relata em seu livro *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*, que por volta de 1911 foram realizadas as primeiras pesquisas às margens do Rio Preto, à procura de áreas para garimpo, por trabalhadores e moradores de fazendas tradicionais da região. Nesta época, foram descobertas várias jazidas riquíssimas ao longo do Rio Preto, onde o cristal era encontrado até mesmo na superfície.

Afinal, a descoberta da grandeza de pedra semipreciosa por Manoel Caboclo e seus companheiros chamou atenção de povos de diversos lugares. Depois do primeiro patrimônio⁴ do Garimpão, o maior e o mais rico vilarejo da região, surgiram descobertas com jazidas ricas e, cada descoberta, tinha uma corrutela⁵, conforme dizem (Oliveira, 2005, p. 23).

A partir de então, com a massificação do garimpo na região, pessoas de vários estados (Goiás, Bahia, Minas Gerais dentre outros) começaram a migrar para a Chapada, pessoas interessadas em vender produtos diversos, bem como à procura de pedras e em busca de renda. O Garimpão⁶ mantinha por volta de dez mil pessoas, dentre garimpeiros, vendedores e exportadores⁷. “Muitos vinham tratar de negócio, outros vinham garimpar e comprar pedra, também fornecer garimpeiro e fundar estabelecimento na fama de muito dinheiro que havia.” (Oliveira, 2005: p. 24). De 1930 em diante o garimpo cresceu em grande escala, começando a surgir armazéns, lojas e *botequinhos*. Muita gente ganhava dinheiro, em contrapartida, muita

³ Bioma: grande comunidade estável e desenvolvida, adaptada às condições ecológicas de uma certa região, e geralmente caracterizada por um tipo principal de vegetação. (Dicionário Houaiss, 2001).

⁴ Patrimônio: a área, as casas e as edificações que constituem um povoado, distrito ou corrutela.

⁵ Corrutela: o mesmo que povoado, cidadezinha, patrimônio.

⁶ Garimpão: maior área de concentração de garimpeiros da região, situada segundo Oliveira (2005), a esquerda do Rio Preto.

⁷ Exportadores eram as pessoas que compravam as pedras para a revenda em outras praças.

gente passava fome. As pessoas em geral não vinham com o intuito de morar, mas para ganhar dinheiro e retornar para a casa. (Oliveira, 2005).

Segundo Oliveira (2005), havia desvalorizações do cristal e esgotamento de minas, e nestas épocas quem tinha dinheiro ia embora e só retornava quando o mineral voltava a ser valorizado ou quando descobriam novas jazidas. Os mais infortunados por lá permaneciam, garimpando e vendendo as pedras a preços muito baixos a aventureiros que por ali passavam e tratavam também da lavoura para ajudar nas despesas. Nesta época, relata que os *inteligentes*⁸ começaram, através de documentos falsos, a tomar conta das terras de mata virgem da região.

A partir de então, ainda segundo o relato de José Raimundo, foram sendo descobertas várias outras jazidas nos arredores do rio Preto e rio Tocantins, que por sua vez atraíam gente de toda parte, que se alojava nas redondezas formando pequenos vilarejos. O Garimpão era uma espécie de sede, onde se encontravam os exportadores e tudo do que se precisava. A valorização do cristal flutuava, ora estava em alta, ora em baixa. Entre 1951 e 1952, houve uma alta no preço do cristal, trazendo muito dinheiro e muita gente de volta para a região.

Segundo José (2005), de 1911 até o início da década de 1930 o quartzo incolor, também conhecido como hialino ou cristal de rocha, tinha finalidades predominantemente estéticas, na produção de objetos. Em seguida, durante a Segunda Guerra Mundial, o cristal começou a ser usado em maior escala com fins científicos, na produção de radares e rádios, elevando assim os níveis de venda do produto, levando ao auge a extração de minério no estado do Goiás bem como no Brasil.

Do final da década de 1940 a meados da década de 1960, o cristal continuou tendo grande parte de sua procura para a área científica, porém passou por vários períodos de oscilações devido a fatores relevantes da política mundial, tal qual a Guerra da Coreia nos anos 50. (José, 2005, p.44-45, n. 23).

Em 1954, chegam à Baixa Chapada dos Veadeiros Severiano Pires e sua família, que constroem uma igreja para São Jorge, que ficou sendo o padroeiro local e mais tarde deu nome à Vila. Em 1956, o cristal perdeu novamente o valor e os garimpeiros foram trabalhar na construção da nova capital, Brasília. Mas alguns, que já tinham posses pela região, e a família Pires, ali permaneceram. Severiano não mediu esforços para manter o vilarejo, comprou antigos ranchos, reformou e fez várias trilhas e construiu a primeira escola de São Jorge. O garimpo ainda era o sustento do povo, mas o movimento ficou parado durante os quatro anos de governo de Juscelino Kubitschek. José Raimundo cita ainda que, 49 anos

⁸ Inteligentes: José Raimundo se referia a pessoas ricas e de posses.

depois das primeiras explorações das minas de cristal, foi criado, em 1961, o Parque Nacional, dentro do qual foram fechadas 34 jazidas. (Oliveira, 2005).

Através do decreto de Lei N° 49.875, de 11 de janeiro de 1961, foi criado o Parque Nacional de Tocantins, em uma área aproximada de 625.000 hectares. Localizado na região leste de Goiás, estava delimitado pelo rio Tocantizinho ao sul, seguindo pela margem direita do rio Tocantins até a sua confluência com o ribeirão São Félix, seguindo por este até aproximar-se da atual cidade de Alto Paraíso de Goiás, a leste. (Melo, 1999, p. 28).

Albuquerque (conforme citado por Melo, 1999) diz que um fator determinante para as transformações nas relações sociais, econômicas e ambientais na região de Goiás, foi a mudança da nova capital para o Planalto Central, cuja construção se iniciou em 1956. Aponta como consequências a sobrevalorização das terras nas mediações do Distrito Federal, a dizimação dos primeiros habitantes da região, os índios Ava-Canoeiro e a mudança do nome Veadeiros para Alto Paraíso de Goiás, em 1963.

Segundo o Artigo 2° do Ante-Projeto do Regimento Interno do Parque Nacional do Tocantins, a principal finalidade do Parque Nacional é a preservação da flora, fauna e belezas naturais ocorrentes nas mediações do Tocantins, visando a educação, o turismo, como também a conservação de um patrimônio nacional legítimo e inestimável. O Artigo 12° estabelece que o Parque Nacional do Tocantins (PNT) seria composto por um gabinete de administração e pelas turmas de administração, de fiscalização e proteção, de recreação e turismo, de pesquisas e restauração da flora e da fauna e de transporte.

Segundo Albuquerque (conforme citado por Melo, 1999) a despeito da relevância ambiental a implantação do Parque trouxe problemas sociais e econômicos para a comunidade local. Pois, por conta do autoritarismo desta implantação, as atividades produtivas, a posse de terras e a exploração dos recursos naturais foram vetadas aos moradores. Em 1966, foi criada uma Comissão, formada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Designada pela Portaria Ministerial N° 42/66, tinha por fim identificar as problemáticas existentes nas implantações efetivas de Unidades de Conservação, bem como estudar uma possível revisão da então Política Brasileira de Parques Nacionais e Reservas equivalentes. Constatou que apenas três Parques Nacionais, dentre os 17 criados, estavam funcionando regularmente. Apontaram a falta de recursos para a desapropriação e administração de áreas destinadas aos Parques, como também a falta de pessoal auxiliar qualificado, como grandes dificuldades.

Segundo Melo (1999), a partir do Ofício do administrador do PNT ao presidente do IBDF, a Comissão apontou a existência de fazendas de criação de lavoura e atividades de mineração dentro do Parque Nacional do Tocantins. Diante destes fatos, pediu uma reavaliação da área constituinte da Chapada Dos Veadeiros, no intuito de sanar os problemas de cunho social e econômico existentes na comunidade e oriundos da implantação do Parque. Em agosto de 1969, foi formada uma comissão instituída pelo IBDF no intuito de realizar levantamento e avaliação das propriedades existentes dentro da área dos novos limites que se pretendiam para o Parque.

Os resultados obtidos pela Comissão levaram a uma alteração significativa nos limites então sugeridos para o Parque, os quais se excluíam as áreas de garimpo e o povoado de São Jorge, e também o aproveitamento dos limites naturais da região, reduzindo as linhas secas e evitando a secção de propriedades, com o objetivo de facilitar os de proteção da flora e fauna. Os critérios para manter a área da Chapada dos Veadeiros estavam relacionados ao turismo e à preservação das belezas naturais da região. A área foi considerada ideal para o turismo por sua altitude, clima, belezas naturais, abundância da fauna e pelos rios. (Relatório de desapropriação de imóvel na área do Parque Nacional do Tocantins/ Ofício do Administrador do PNT ao Presidente do IBDF). Esta relação entre preservação e turismo tem sido aplicada em todo o país e traz benefícios tanto ao meio ambiente quanto à população local, que, no caso de São Jorge, vivia situação econômica difícil por conta da queda do mercado de cristal, sendo o turismo uma fonte de renda e uma possibilidade de emprego e de permanência na Vila.

Segundo Melo (1999), o período antecedente ao segundo decreto foi marcado por reivindicações de proprietários de terras e representantes políticos da região, que alegavam sentirem-se tolhidos em seus direitos de uso das terras, bem como acusavam os fiscais do Parque de apenas visarem a preservação da flora e fauna e a apreensão de ferramentas de trabalho de humildes fazendeiros. Alegavam ainda o empobrecimento do município.

A partir destas reivindicações e da demora do IBDF para iniciar a regularização fundiária e o processo indenizatório, em maio de 1972, através do Decreto N° 70.492, foi mudada a proposta original do Parque, que teve a sua área reduzida para 171.924,54 hectares, e seu nome passou a ser Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), pelo fato de seus limites não mais tangerem o Rio Tocantins. Apesar desta mudança, os conflitos não foram sanados, pois as reivindicações dos proprietários pela regularização fundiária não haviam sido plenamente atendidas, e estes ainda pediam novas revisões da área do PNVC. Além disto, o IBDF continuava efetivando fiscalizações e fazendo propostas de indenizações

de proprietários, bem como de transferências das famílias dos empregados e agregados sem terra, mesmo não tendo capital para tanto (Melo, 1999).

Concomitantemente, na Europa, Japão e nos Estados Unidos estavam sendo realizadas pesquisas para o desenvolvimento artificial do cristal (quartzo cultivado) a partir das lascas de cristal de rocha. O resultado destas pesquisas na década de 1970, foi a perda do valor do cristal, fazendo com que o Brasil, dono de 95% das reservas mundiais, perdesse por completo este mercado (José, 2005 p 44-45).

Passados 14 anos da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1975, a situação fundiária não havia sido resolvida, os fazendeiros se sentiam lesados, porque, além de ter de pagar impostos sobre as terras, não as podiam utilizar por estarem localizadas no PNCV (Melo 1999).

Segundo Melo (1999), em 1981, por motivos de degradação da fauna e flora, de problemáticas relacionadas à falta de infra-estrutura e más condições de funcionamento efetivo, bem como problemas com o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, a área do Parque foi reduzida à metade, passando para 60.000 hectares. A partir do Decreto 86.173, as áreas de uso da população foram excluídas do projeto, como forma de evitar tensões sociais. Além disso, este fato contribuiu para que o governo de Goiás adotasse políticas de desenvolvimento para a região de Alto Paraíso, através da implantação de projetos agropecuários e industriais.

A partir do Programa de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso (PRODIAP), desenvolvido na década de 1980, instalou-se na região da Chapada dos Veadeiros um processo que visava o fortalecimento econômico da região através do desenvolvimento da agricultura e do turismo. É neste momento que se iniciam as visitas de grupos esotéricos à região, atraídos por suas belezas naturais. Behr (conforme citado por Melo, 1999), diz que o então governador de Goiás, Ary Valadão previa a implantação de uma cidade de trinta mil habitantes em um prazo de cinco anos. Foi proposto incentivo à produção hortifrutigranjeira, para o abastecimento dos mercados de Goiás e Distrito Federal. Houve um crescimento considerável da cidade de Alto Paraíso, que não chegou a alcançar os números inicialmente previstos, mas que trouxe à cidade hotéis, hospital, aeroporto, agência bancária, prefeitura, fórum, sistema de abastecimento de água e abertura de pavimentações e asfaltamentos⁹.

O aumento do fluxo do turismo contribuiu em grande parte para o desenvolvimento da Chapada dos Veadeiros. Com a chegada do asfalto à GO-118, dá-se início em Alto Paraíso a

⁹ Houve o asfaltamento da GO-327, destinada ao escoamento da produção, e, por sua utilidade excluiu-se um trecho do PNCV para a sua continuação.

um processo de especialização funcional para a recepção do turista, proveniente principalmente de Brasília. A partir de então o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e seu entorno passaram a ser visitados por milhares de turistas anualmente, sendo o PNCV um dos parques nacionais mais visitados do Brasil.

Em 15 de março de 1991, foi enviado pelo DEUC (Departamento de Unidades de Conservação) ao Ministério Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, um documento¹⁰ que pedia o fechamento do PNCV. O DEUC argumentava que o PNCV é uma das mais belas e representativas unidades de conservação de fauna e flora do cerrado da região centro-oeste, e por tal motivo, a demanda de turistas aumentara assustadoramente, não tendo o Parque condições e infra-estrutura necessárias e mínimas para o atendimento dos visitantes. Além de não terem efetivo suficiente para fiscalizar a ação predatória dos turistas, que deixam lixo em toda parte, acendem fogueiras, portam armas de fogo e assustam a fauna, e o uso de bebidas alcoólicas é constante. Para o feriado da Semana Santa de 1991, estava sendo esperado um número maior que três mil pessoas, pelo fato de estarem sendo divulgados, em Brasília e Goiânia, pacotes e convites para o turismo na Chapada dos Veadeiros. Pediram então o imediato fechamento do PNCV, até que uma estrutura mínima fosse montada.

A Exposição de Motivos para a Abertura do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aconteceu em 20 de dezembro de 1991, a partir de uma exposição de motivos da DIGER (Divisão de Gerenciamento de Unidades de Conservação/ IBAMA), DEUC e DIREC (Diretoria de Ecossistemas/ IBAMA) e da apresentação de medidas tomadas tais quais a nomeação de Adílio Valadão para o cargo de chefia do Parque, a elaboração de um documento que continha aspectos bióticos e abióticos da área, bem como as normas para o gerenciamento e manejo da Unidade de Conservação, e um programa de ação integrada com as comunidades do entorno os visitantes e o Parque, e a realização de treinamento da comunidade para a condução de visitantes no Parque a partir de recursos financeiros cedidos pela FUNATURA (Fundação Pró-Natureza) com objetivo também de desenvolver uma consciência de proteção ambiental e trazer benefícios econômicos à população¹¹.

Segundo Mello (1999), a reabertura do PNCV apresenta a implementação de uma nova forma de manejo que ia além das desapropriações, mas que enfrentou resistências em seus primórdios. A consciência de que se fazia necessária a conciliação da conservação do

¹⁰ N° 279/91-DIREC.

¹¹ Estas são as “orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO”.

Parque e da geração de benefícios econômicos para a comunidade começou a ser disseminada.

Em 1980 começou a desaparecer o comprador de lasca. Quando os turistas vem chegando em visita à região, desaparecem os compradores de quartzo de cristal. Foi chegando muito visitante e o povo de São Jorge começou a crescer os passos, foram melhorando. São Jorge hoje tem boas pousadas de luxo e camping, restaurante, associação de guia e outras. Os moradores sobreviviam de garimpagem e hoje vivem de associação¹². De 1990 pra cá, o recurso é este: receber o turista (Oliveira, 2005, p. 40).

Moradores de São Jorge que participaram desta transição relatam que, com a queda brusca das vendas de cristal na década de 1970, por conta das pesquisas e desenvolvimento deste material em laboratório, viram no turismo uma chance de permanecerem na Vila e de ganharem o *sustento*. O garimpo é visto de forma saudosa e querida pelos moradores: *o garimpo não é exterior a nós mas está em nós, faz parte do nosso corpo e da nossa alma*, e o turismo como a única saída para se trabalhar e se manter ali: *o turismo é certo, sempre tem, e por isso o trabalho também é certo*. Com a implantação definitiva do PNCV, foi proposta pela direção do Parque uma *troca*¹³ com a população: em retribuição por não caçar, não trabalhar na roça e não garimpar, ou seja, *não destruir o meio ambiente*, se teria emprego de guia dentro do Parque, e renda garantida.

Segundo Seu Lu, morador de São Jorge e ex-garimpeiro, a época do garimpo era muito boa, passavam dias no mato amigos uns dos outros, dormiam ao léu defendendo-se das onças e contando causos, se divertindo e redescobrimdo dia a dia as belezas mais simples da natureza, como a maravilha de um pôr do sol, ou o acordar ao som de um passarinho. Porém, com o garimpo era tudo incerto, podia ganhar ou não, passava dias no mato e às vezes voltava um rico, mas tinha gente que nunca conseguia ter sorte e voltava sempre de mãos vazias. Aliado à queda do preço do cristal veio a proposta do IBAMA, de se fazer a *troca* do garimpo pelo turismo. No *inicio ninguém queria*, mas a necessidade e o dinheiro certo, acabou convencendo. *O bom do turismo é que o dinheiro passou a vim certo todo mês, e podia até ter conta no boteco que sabia que ia poder pagar depois*.

Além do turismo proveniente de Brasília e Goiânia predominantemente, havia um grande fluxo migratório com interesses outros que não a simples diversão somada a belezas

¹² A Associação a que se refere José Raimundo, é a ACVCV (Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros).

¹³ Este termo é muito usado pela população de São Jorge, está presente em praticamente todos os discursos dentro da comunidade.

naturais. *Hippies*, esotéricos e ecologistas, pessoas que ali chegaram por convicções filosóficas, modo de vida ou pelo aspecto místico delegado à região. Segundo Lima (Conforme citado por Mello 1999), o início deste tipo de migração para a região da Chapada dos Veadeiros deu-se a partir da fundação da fazenda Bona Espero, que seguia preceitos e rituais baseados na solidariedade e na prática do Esperantismo. Dez anos depois, uma organização Espírita de linha Kardecista funda a fazenda escola Cidade da Fraternidade. Outros tantos eventos ocorreram nesta linha, e assim as idéias de preservação da natureza, produção e consumo de alimentos naturais, *da vida espiritual* começaram a se expandir nas comunidades locais.

Estas influências, segundo Melo (1999), somadas à forte divulgação da imprensa sobre as belezas naturais da região, os *poderes energéticos* produzidos pelo cristal e o aumento do movimento ecológico na Brasil, contribuíram para o crescimento estrondoso do ecoturismo bem como do esoturismo¹⁴ na região. A partir destas influências, as comunidades de Alto Paraíso e São Jorge tornaram-se socialmente mais críticas e se organizaram em ONGs¹⁵ e associações, que atualmente estão mais relacionadas ao PNCV, por conta de seu potencial turístico, sendo uma das principais fontes de renda e subsistência de seus habitantes. As principais são a Associação Comunitária da Vila de São Jorge (ASJOR), criada em 1998 e que objetiva a garantia da qualidade de vida dos moradores, a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), instituída em 1992 para atender os turistas e auxiliar a preservação do PNCV, através da prática de guiagem ecologicamente consciente e segura, dentre outras.

As influências do turismo em São Jorge foram muitas, dentro das perspectivas estruturais, econômicas e sociais. As casas foram sendo reformadas para se tornarem pousadas, restaurantes ou pequenas mercearias, a luz elétrica, o telefone e o saneamento chegaram à Vila, tudo se ajeitando para ter uma melhor infra-estrutura a receber o turista. Do ponto de vista econômico, o turismo trouxe dinheiro e investimentos, fazendo com que o fluxo monetário fosse bem maior, trazendo vários tipos de comércio e principalmente de investidores de fora da Vila, que, ao perceberem o potencial do local, injetam grandes quantias de dinheiro em seus negócios. Por fim as mudanças sociais aconteceram acompanhando as outras: as influências oriundas do turista, das tecnologias agora presentes e da nova fonte de renda modificaram a estrutura social da Vila. Na época do garimpo, o

¹⁴ Esoturismo é o mesmo que turismo esotérico, que teve como representantes na Chapada dos Veadeiros, seitas tais quais *Cavaleiros da Marytéia*, as *Cúpulas de Saint German* e os *Oshos*, dentre outros.

¹⁵ ONG: Organização Não Governamental.

homem trabalhava predominantemente na extração de pedras, portanto passava grande parte dos meses do ano no mato¹⁶. Trabalhavam também em fazendas, na colheita e criação de gado e em suas próprias *roças*. A mulher, em sua maioria, trabalhava em casa, cuidando dos filhos e também na *roça*. Com o turismo crescente, a configuração da família mudou, agora homens e mulheres trabalham em postos relacionados direta ou indiretamente ao turismo (guias, restaurantes, pousadas...), ficando as crianças sozinhas.

São Jorge não possuía escola, tendo as crianças que estudar a 35Km dali, em Alto Paraíso. Hoje, possui uma escola de ensino fundamental, com boa infra-estrutura, que atende as crianças da Vila. Para uma jovem moradora de 23 anos, este fato facilitou muito a vida das crianças: *na minha época era muito difícil, tinha que pegar ônibus todo velho da prefeitura que sempre quebrava no meio do caminho e aí a gente tinha que voltar andando, fazendo chuva ou sol. A gente perdia muita aula, isso desanimava. Hoje as crianças têm tudo aqui, é bem mais fácil*. Apesar desta facilidade jovem, o rendimento e o interesse das crianças na escola é significativamente baixo. Segundo observação participante, um professor que trabalha na escola e que também é guia no PNCV, levantou a possibilidade de que este baixo rendimento escolar possa estar ligado ao fato de que a única opção de trabalho que estas crianças têm é tornarem-se guias, e para tanto só é necessário ter concluído o ensino fundamental. Ele defende ainda que seja modificada esta regra, passando a escolaridade mínima para nível médio, para que as crianças tenham maior motivação para o estudo.

São Jorge passou, em poucos anos, de uma comunidade de apoio aos garimpeiros para um pólo importantíssimo de turismo ecológico de âmbito nacional. As influências desta evolução e destes acontecimentos sobre a população de São Jorge serão discutidas com maior profundidade no capítulo a seguir.

¹⁶ Nas jazidas já existentes e à procura de outras mais, nas mediações do cerrado.

O Turismo e suas interfaces

Em meados do segundo milênio, segundo Pires (2002), com as grandes navegações a visitação entre as culturas passou a ser mais freqüente, por motivos diversos tais quais comércio e política. As grandes cidades da Europa começavam a organizar pequenas estalagens para acolher os visitantes que chegavam. A partir do século XVI, concomitantemente com a simpatia pelos banhos termais ingleses, jovens da nobreza européia começaram a viajar pelos continentes para angariar mais cultura e conhecimentos. Foi ainda no continente europeu, no século XVIII, que surgiu o gosto pelo banho de mar, e então as estâncias costeiras viraram moda entre os viajantes europeus. A revolução nos transportes, o crescimento das zonas urbanas, a paz momentânea e o processo de modernização ocorrentes durante a Revolução industrial foram fatores importantes para o crescimento e estabelecimento do turismo no mundo.

Ainda no século XVII, mas agora no Brasil, a Carta Régia, permitia e incentivava a abertura e o uso dos portos nacionais pelas nações amigas. A evolução da cafeicultura e a urbanização das colônias auríferas contribuíram para uma urbanização e povoamento crescentes. Estes fatores unidos geraram um aumento e desenvolvimento do setor terciário e das estruturas urbanas. Neste momento, as belezas naturais, o comércio e a política eram os grandes responsáveis pelos visitantes que vinham ao país, que por sua vez não possuía instalações e estruturas cabíveis para atender à demanda, quantitativa e qualitativamente (Pires, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, o turismo começou a se expandir pelo mundo ocidental. Novos Pólos, além das já conhecidas e muito visitadas capitais européias, foram sendo descobertos e explorados novos destinos. O turismo era o então chamado de “Turismo Burguês”, onde principalmente jovens ingleses, membros da aristocracia, viajavam a estudos, o que lhes conferia significativo *status* social. Eles aproveitavam também os prazeres de seus destinos, atrativos culturais e de divertimento, denominados “turísticos” por expressarem visitas às regiões e países distintos.

Segundo Leuzinger (2002), em meados do século XIX, na Europa e Estados Unidos, grupos significativos de pessoas começam a procurar formas diferentes de viagens e passeios, no intuito de sanar necessidades culturais, emocionais físicas e espirituais. A procura por ambientes naturais então parecia uma boa saída para estas necessidades. Neste contexto, existem os primeiros registros de excursões de lazer nos Alpes, datando do século XV. O médico Michel Paccard acompanhado pelo garimpeiro Jacques Balmat, em 1786 venceu

4.807 metros do *Mont Blanc*¹⁷. A partir destes registros, pode-se demonstrar a existência de turismo já no século XVIII, bem como os primeiros passos para o nascimento do ecoturismo.

Na Europa, a população que vivia confinada em cidades envoltas por muros, começou a se incomodar com o crescimento urbano, então a burguesia passa a procurar o campo e as montanhas para se refugiar dos problemas da cidade ainda medieval (Leuzinger, 2002). A partir do século XIX, com o avanço da revolução industrial e urbanização das cidades americanas, a população seguiu o mesmo rumo dos europeus, começou a migrar para regiões mais distantes e de belezas naturais virgens, para descansar e apreciar a natureza. Surgem então, políticas conservacionistas que visavam manter e proteger “ilhas” de florestas naturais em meio ao mar de concreto que se alastrava. Este processo se embasou em na visão do homem como destruidor da natureza, que deve ser mantido a uma distância segura desta (Diegues, 2004).

O ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação como um tsunami, um verdadeiro maremoto; porém, suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionárias. As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. (Western apud Leuzinger, 2002, p. 24).

Apesar do fato de que geralmente a palavra ecoturismo nos remeta hoje a uma idéia de conservação do meio ambiente, nos séculos XIX e XX o turismo feito nas áreas mais remotas e repletas de natureza ainda virgem, com sua fauna e flora intocadas, era predatório, pois os turistas praticavam muitas vezes a caça (mesmo que por esporte) e a depredação da natureza, pelo simples fato de sua presença e de suas construções (Leuzinger, 2002). Na atualidade, existe uma outra visão e realização do ecoturismo mundial, as áreas são fechadas e preservadas, geralmente por se tornarem Parques Nacionais, e por isto estarem protegidas enquanto patrimônio da humanidade não podendo ser suas fauna e flora tocadas nem transformadas.

O modelo conservacionista citado a cima, criado pelos Estados Unidos e utilizado ainda hoje por grande parte dos países da América Latina, não condiz verdadeiramente com a realidade dos países tropicais, os quais, em seus primórdios, eram habitados por indígenas e grupos tradicionais. Estes povos, frente aos conhecimentos adquiridos em suas vivências e interações profundas com o mundo natural, desenvolveram suas culturas baseadas em formas

¹⁷ O *Mont Blanc*, ponto culminante francês, acabou sendo conquistado por "acaso". Em junho de 1786, um *cristallier* (camponês que subia em busca de cristais de quartzo para comercializar) chamado Jacques Balmat separou-se dos seus companheiros e se distanciou, sem perceber, da trilha que seguia, perdendo-se. Ele passou a noite na montanha e no dia seguinte voltou a Chamonix, sua aldeia no sopé do Mont Blanc. A partir desse acidente, o caminho para a ascensão do monte estava aberto.

harmoniosas de manejo com a flora e fauna, conservando, protegendo e vivendo em sua maioria, em harmonia com a diversidade biológica (Diegues, 2004). O modelo *enlatado* americano então utilizado, baseado em espaços de “natureza intocada”, parece não se adaptar à realidade presenciada no Brasil. A diversidade sócio-cultural do país é muito grande, e a implantação deste modelo trouxe muitos conflitos, no que tange a utilização da terra por comunidades tradicionais.

Segundo Filho (1993), na década de 1960 tomou-se consciência da degradação realizada em nome do crescimento econômico iniciado durante a Revolução Industrial, com os abusos contra a natureza no que tange recursos tais quais a água, madeira, matas e minerais, os quais eram encarados como inesgotáveis. A Organização das Nações Unidas (ONU), tomou a atitude de convocar uma conferência, a Reunião de Estocolmo, em 1972 (ECO- 92), onde os países membros e cientistas estudaram o fenômeno de degradação do planeta e propuseram soluções para os problemas ecológicos, sendo um marco dos primórdios da conscientização dos problemas surgidos por conta da crescente degradação do meio ambiente.

Com a degradação ambiental gerada por madeireiros, por caça predatória e extração de minerais dentre vários outros, somada à força do ecoturismo e às influências internacionais (ONU), foram tomadas várias outras medidas¹⁸, áreas de preservação ambiental em todo o Brasil. Estas áreas foram denominadas Unidades de Conservação, segundo a Constituição Federal de 1988, e a Lei N° 9.985, no artigo 11:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Com da implantação das Unidades de Conservação, além das questões ambientais, que parecem sere de maior importância, a questão sócio-cultural surge diretamente relacionada a este processo. Ainda nesta mesma lei, diz o inciso 1°, *O Parque é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares em seus limites serão desapropriadas.* Desta maneira, ao se implantar um Parque Nacional, a população que ali vive e coexiste com a natureza deve ser retirada, sob o pagamento de indenizações. Mas a primeira questão é saber até que ponto aquelas comunidades tradicionais interferem na harmonia ambiental, e de que

¹⁸ Foram tomadas medidas tais quais: despoluição do Rio Tietê, novas demarcações de reservas indígenas, regulamentação de mineração baseada no mercúrio, multas para indústrias poluidoras, prisões de coureiros, madeireiros e mineradores ilegais.

forma este novo pensamento ecológico influencia em suas vivências e cultura. Outra questão a ser levantada é a de que estas comunidades vivem de suas interações com a natureza (caça, extrativismo, mineração...).

Dentro de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (Diegues conforme citado por Diegues, 2004, p. 82).

Desta forma, para o estabelecimento de uma Unidade de Conservação é preciso que se modifique muita coisa dentro de sua área prevista. Além das questões ecológicas, se propõe um plano de manejo que abranja também o desenvolvimento da população local. Porém, nem sempre estes planos são bem implantados, e na maioria dos casos é imposto à população local que se retire de suas terras, que não mais realize atividades de subsistência, e ainda trabalhe no intuito de garantir a preservação da Unidade bem como a sua visitação.

Barreto (conforme citado por Melo, 1999), enfatiza que as resistências de populações locais frente à implantação de UCs (Unidades de Conservação), são um fator marcante da flexibilização de regras bem como de reconhecimento de seus direitos. A luta pela permanência destas comunidades em seus *habitats* naturais não está tão somente ligada à questão de necessidades básicas, como geração de renda, produção de alimentos e moradia, mas também à dimensão em que estas atividades estão incorporadas à cultura e vida social. A maneira pela qual estas pessoas se relacionam entre si e com outras comunidades, seus costumes e vivências estão diretamente ligados ao local e suas atividades primárias.

Tem-se então um grande impasse no que tange à implantação de UCs em áreas ocupadas por comunidades tradicionais. Como pode ser possível a integração de um planejamento ambiental a populações locais, em sua maioria de baixa renda, e que não percebem o significado das UCs, tendo interesses opostos. Uma das alternativas levantadas por Cases (conforme citado por Melo, 1999), é a de geração de novas alternativas econômicas, para a diminuição da pressão sobre recursos naturais, de benefícios diretos à comunidade e de entendimento da necessidade de conservação.

Uma das técnicas utilizadas como estratégias para envolver a comunidade no processo de implantação de uma UC remete inicialmente à Teoria das Necessidades de Maslow, ou

seja, na medida que as necessidades básicas (alimentação e moradia) vão sendo atendidas, melhor se atinge os objetivos de conservação. *Quanto mais as necessidades humanas são resolvidas, melhor são atingidos os objetivos da conservação; quando os administradores das áreas atendem as necessidades das populações, passam a ver a unidade com possibilidade de promoção e benefícios* (Melo, 1999).

As Unidades de Conservação possuem um grande potencial turístico por sua beleza natural conservada, trazendo a possibilidade de um contato direto com a natureza, bem como a prática de esportes e outras práticas.

Os processos participativos também têm sido vistos como uma boa saída para este tipo de impasse. Nestes, a estratégia principal para se obter êxito na conservação está baseada na aproximação entre os administradores das áreas protegidas, as autoridades regionais e a comunidade local, no intuito de resolução de conflitos.

Se existem estratégias teoricamente eficientes para a implementação de planos de manejo em comunidades envolvidas com as UCs, então qual seria a explicação para tantos conflitos? Talvez a má implantação. O Parque Nacional Chapada dos Veadeiros é um exemplo disso. As primeiras tentativas, foram impositivas, no sentido de que as fiscalizações eram intensas, mas as indenizações pelas terras e os empregos prometidos não se materializavam. A implantação definitiva se fez em 1990, depois de vários anos de desacordos e enfrentamentos entre a comunidade de São Jorge e a administração do PN.

A comunidade de São Jorge, como visto no capítulo anterior, vivia basicamente da extração de minerais, da agricultura, caça e pesca para subsistência. O IBAMA trouxe então, junto ao fechamento rígido das fronteiras do Parque, uma proposta de proteção ambiental¹⁹ vinculada a uma *troca*. Segundo relato de moradores da Vila, em *troca* de não mais se trabalhar a terra, caçar e garimpar, seria oferecido um curso de guia turístico ecológico, para que fossem guias do PNCV. Como o cristal estava em baixa, e as terras nas quais trabalhavam haviam sido em sua maioria desapropriadas em favor do Parque, os moradores não viram alternativa, senão aceitar a *troca*. Com isso, o foco da economia em São Jorge passou do garimpo para o turismo ecológico.

¹⁹ Proteção ambiental, segundo o dicionário Aurélio: Preservação dos atributos naturais de uma região de maneira associada às atividades humanas, promovendo a qualidade de vida, o bem-estar da população e o uso sustentável dos recursos naturais.

O turismo que aparece, em um primeiro momento, como uma possibilidade de geração de renda para a população local, compatível com a manutenção de recursos naturais, em áreas sob influência de uma Unidade de Conservação restritiva, como o PNCV, acaba gerando outros desequilíbrios sócio- ambientais (Melo, 1999).

O turismo trouxe o desenvolvimento econômico à Vila de São Jorge: empresários de outras cidades interessados em seu potencial, trouxeram dinheiro e progresso, construíram pousadas e restaurantes, com boas estruturas para receber o volume crescente de turistas com poder aquisitivo cada vez maior. Souza (1999) entende, porém, que a palavra desenvolvimento não deve estar apenas ligada ao crescimento econômico, deve também designar um *processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima*. Sendo assim, deve-se evitar o reducionismo do desenvolvimento econômico, quando se pretende entender o desenvolvimento real de determinado grupo ou sociedade.

Ainda sob a mesma perspectiva de desenvolvimento, o autor defende que devem ser considerados simultaneamente diversos aspectos constituintes das relações sociais (cultura, economia e política), vinculados ao espaço natural e social, atentando-se ainda ao aspecto de que nem sempre o crescimento econômico traz o progresso social e cultural para determinada sociedade. De fato, a estrutura física e social de São Jorge sofreu uma transformação radical nos últimos quinze anos.

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano- industrial (Diegues, 2004 p. 65).

Ao que se percebe na comunidade de São Jorge, e que entra em confluência com as teorias acima apresentadas, existe uma dicotomia no que tange à presença do turismo. Ao passo que parecem ser a saída para a crise financeira vivida pela queda brusca do preço do cristal, o turista e o turismo são vistos também como fonte de desconforto e mudança obrigatória, no sentido de que há uma tendência à perda de valores tradicionais por conta da introjeção de novos valores trazidos por eles. Segundo um antigo morador da cidade, *a vida era muito diferente, era tudo calmo, passávamos dias no mato, numa felicidade (...) o turismo trouxe dinheiro e podemos até ter conta no buteco é dinheiro certo (...) sinto saudades daquele tempo...O garimpo não é exterior a nós, mas está em nós, faz parte do nosso corpo e da nossa alma*.

O turismo de massa possui não apenas grande significado econômico em muitos casos (fonte de renda e divisas), mas também exerce impactos outros igualmente relevantes, notadamente sobre a cultura e o espaço (natural e, ou social) da área receptora dos turistas. Atividade complexa, de importância crescente e de significativo potencial de impacto (positivo e negativo) sobre as relações sociais e o ambiente, o turismo merece, por isso, mais que um lugar subalterno no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento (Souza, 1999, p. 17).

A Criança e as Representações Sociais.

As representações sociais, objeto desta pesquisa, são muito ricas e contemplam várias áreas do conhecimento humano, passando por questões sociológicas e psicológicas. A despeito do objetivo primordial desta monografia não ser o desenvolvimento infantil, percebem-se a necessidade de recorrer a alguns teóricos desta área, visto que os sujeitos desta pesquisa, as crianças, têm suas particularidades que devem ser expostas para o melhor entendimento dos resultados da pesquisa infantil. Neste capítulo abordaremos autores que enfocam o desenvolvimento sob diferentes aspectos.

O desenvolvimento psicossocial infantil é ainda hoje um tema muito discutido e controverso. Existem teorias diversas, que enveredam por caminhos ora muito distantes, ora semelhantes. Segundo Ajuriaguerra (1983), Freud entende a cultura através do indivíduo e a Antropologia Cultural entende o indivíduo pela cultura. Piaget empenhou-se no estudo do desenvolvimento intelectual, e o dividiu em fases, dentre as quais existem certo número de comportamentos resultantes de suas interações com o meio social. Vigotski, através do enfoque no desenvolvimento da linguagem, apresenta aspectos particulares da convivência social humana como reflexo e produtor de sua cognição, através de sua abordagem histórico-cultural. O fato é que, independente das convicções e teorias, o que se tem como convergência no mundo acadêmico moderno é que a criança se desenvolve através de suas interações com o meio social em que vive.

Para compreender a teoria da Epistemologia Genética de Piaget (1978), é importante que se tenha uma noção do termo Egocentrismo. Para Piaget, do nascimento aos primeiros anos de vida, a criança vive o egocentrismo, que é a capacidade de considerar o mundo externo como uma realidade diversa da sua. Seu raciocínio nesta fase parte do particular para o particular, ou seja, o funcionamento do mundo está em função da criança e de seus desejos, as coisas acontecem em função de sua existência.

Até os sete anos de idade, em média, os processos psicológicos internos da criança têm realidade física, suas representações precisam ser feitas através de meios palpáveis. Nesta fase, através do crescimento e qualidade das interações com o meio, há uma redução do egocentrismo na criança, e esta começa a elaborar aos poucos a existência do mundo objetivo e do raciocínio lógico. Esta socialização gradual e progressiva abre caminhos para que a criança chegue ao estágio que Piaget denomina de Lógica Operacional. A partir deste momento, a criança começa a compreender os sentidos de justiça, responsabilidades individual e coletiva, bem como ter noções de senso moral.

A inteligência para Piaget é adaptação a situações novas, e sua função é a estruturação do universo. Para o estabelecimento do processo de inteligência, existem dois componentes: assimilação e acomodação, nesta ordem. A assimilação é a integração de novos conteúdos em estruturas ou esquemas mentais pré-existentes. A significação destes novos conteúdos, com base em conhecimentos e vivências prévios, demonstra uma necessidade de ligação entre novos conteúdos e esquemas de ação²⁰ já existentes.

A partir destes esquemas, o indivíduo começa a ter capacidade diferenciações, através de acomodações. Acomodação pode ser definida basicamente pela modificação, a partir de novas influências, de situações exteriores. Sendo assim, nas situações em que o esquema existente não for capaz de resolver problemas novos, surge a necessidade de modificações, ou seja, acomodação destes esquemas à nova problemática. Assimilação e acomodação são, portanto, mecanismos complementares, que compõem um equilíbrio dinâmico e ativo.

Para uma melhor compreensão dos processos intelectuais apresentados por Piaget (1978), é preciso que se entenda a noção de estágios de desenvolvimento. O estágio de desenvolvimento é a organização da atividade mental a partir de aspectos motor ou intelectual e afetivo. Estes estágios são marcados pela idade cronológica média. Desta forma, crianças atingem determinado estágio antes ou depois de outras, dependendo de variáveis biológicas, de estímulos e de pensamentos, em fases mais avançadas. Do nascimento à adolescência, um indivíduo deve passar por estágios de desenvolvimento, sendo eles, em ordem cronológica: *Sensório-motor* (do nascimento até os dois anos de idade), *Simbólico* (dos dois aos quatro anos aproximadamente), *Intuitivo* (dos quatro aos onze anos em média), *Operatório Concreto* (dos sete aos onze anos em média) e *Operatório abstrato* (a partir dos onze anos).

O bebê possui padrões inatos de comportamento, semelhantes a reflexos, que vão se modificando e refinando através das interações com o ambiente. Estas interações são simbolizadas pelo bebê através de representações sensório-motoras, ou seja, o desenvolvimento decorre do emparelhamento de estímulos para que possa progredir.

Neste estágio, as necessidades interiores da criança são satisfeitas através de suas interações com o ambiente, a aprendizagem e o comportamento adaptativo dependem de estímulos vindos de fora (Richmond, 1981). Percebe-se que, mesmo através do entendimento do desenvolvimento sob uma perspectiva biológica, a questão e importância das interações sociais são indissociáveis deste processo.

²⁰ Esquemas de Ação: na teoria de Piaget, é aquilo que numa ação é possível de transposição, generalização ou diferenciação de uma situação em relação a outra já vivida, ou seja, o que existe em comum entre as diversas ações.

As crianças sujeitos desta pesquisa, de 10 a 13 anos, estão compreendidas entre os estágios *Operatório Concreto* e *Operatório Abstrato*. Segundo a teoria de Piaget, no estágio Operatório-Concreto a criança consolida as introjeções de número, substância, volume e peso. É agora capaz de ordenar elementos por seu tamanho, incluindo conjuntos, organizando então o mundo de forma lógica ou operatória. Sua organização social passa a ser predominantemente grupal, chefiando e admitindo a chefia, sendo capaz de compreender, dar e admitir regras, podendo ser fiéis a ela, bem como estabelecer compromissos. A conversação torna-se mais articulada e possível, já que compartilha uma linguagem socializada, sem que consiga discutir diferentes pontos de vista para que cheguem a uma conclusão comum. As crianças que estão no estágio Operatório Abstrato encontram-se no ápice do desenvolvimento de sua inteligência, pois conseguem desenvolver pensamentos hipotético-dedutivos e lógico-matemáticos. Neste momento, é possível o pensamento dialético e portanto discussões para se chegar a denominadores comuns, então a organização grupal se desenvolve e resulta em relações de cooperação e reciprocidade.

Através do entendimento destes estágios da teoria piagetiana, percebeu-se que, para a compreensão através de entrevistas, de conteúdos como representações das crianças a respeito de um objeto específico, seria mais viável trabalhar com crianças situadas entre estes estágios de desenvolvimento. A capacidade de socialização, de representações e subjetivação e a percepção mais completa de conteúdos externos nos estágios operatório motor e, principalmente, no operatório Abstrato, facilitariam a compreensão de conteúdos almejados.

É importante ressaltar que Piaget não pretendia levar sua teoria para os campos da sociologia, *O interesse de Piaget é pela relação geral de fatores sociais com desenvolvimento de estrutura, não pelo efeito de formas culturais específicas* (Richmond, 1981, p. 119). Por isto não se ateve a efeitos que culturas diferentes podem exercer no desenvolvimento estrutural infantil. Os fatores sociais considerados importantes para a formação das estruturas mentais segundo Piaget, são a linguagem, as crenças e valores, bem como as formas de raciocínio aceitas pela comunidade e as interações entre membros de sua sociedade.

A se restringir às posições clássicas do problema, não se pode, com efeito, senão indagar se toda informação cognitiva emana dos objetos e de fora informar o sujeito, como o supunha o empirismo tradicional, ou, se, pelo contrário, o sujeito está desde o início munido de estruturas endógenas que ele imporia aos objetos, conforme as diversas variedades de apriorismo ou de inatismo. (Piaget, 1978, p. 06)

Sob uma óptica diversa, a respeito do desenvolvimento, Vigotski afirma que existe uma diferença fundamental entre animais e seres humanos, no que se refere ao desenvolvimento, é o fator cultural, ou seja, enquanto os animais seriam quase totalmente dependentes de heranças e traços genéticos para que se desenvolvam, os seres humanos constroem e transformam sua cultura e desenvolvimento através de suas interações sócio-culturais, sendo o homem capaz de refletir as condições do meio de modo mais profundo e imediato que os animais. O homem pode abstrair um determinado acontecimento imediato, através de conexões deste novo fato com acontecimentos já vividos, tendo a possibilidade de interpretá-los de forma racional e inteligente.

Argumentando desta maneira, Vigotsky impunha um papel limitado à evolução biológica e à base genética do comportamento humano. O comportamento, em sua opinião, de fato possuía uma base genética, e essa tinha sua origem na evolução biológica, mas ela estava restrita aos processos inferiores. Os processos superiores especificamente humanos, desenvolviam-se na história humana e tinham que ser dominados de novo por cada criança humana em um processo de interação social. (Veer e Valsiner, 1999, p. 213).

A Teoria Histórico-cultural de Vigotski se apoiou em alguns estudos clássicos da evolução humana, tais quais a teoria da evolução de Darwin, bem como de Engels e Marx. A “seleção natural” de Darwin, como explicação para a evolução filogenética do homem, trouxe a aceitação e entendimento do desenvolvimento humano como estágio de evolução do desenvolvimento animal. A teoria do Trabalho de Engels contribuiu para a teoria de Vigotski, pois, segundo esta, o trabalho tem uma função na evolução humana, é visto como meio de construção cultural. Através das necessidades primárias, existe a necessidade de criação de novos instrumentos, e para tanto o desenvolvimento de técnicas inteligentes e de integração com o grupo. Com a junção da visão marxista do homem como um ser social, capaz de criar e utilizar instrumentos e linguagem para um fim comum, surgiram as primeiras proposições de Vigotski. (Veer e Valsiner, 1999).

A junção destas teorias configurou-se como um alicerce para uma explicação de comportamentos superiores humanos. A partir de então, Vigotski direcionou seus estudos para a diferenciação dos comportamentos animal e humano, no que tange comportamentos refinados e inteligentes. Estas influências e os estudos de Kühler e Buhler a respeito do comportamento inteligente de chimpanzés foram de extrema importância para que Vigotski escrevesse *A formação social da mente*, essencial nesta linha de pensamentos. Nesta obra, Vigotski discute alguns aspectos: as relações dos seres humanos e seu ambiente físico e

social, as novas formas que fizeram com que o trabalho fosse meio fundamental no relacionamento homem-natureza, bem como as conseqüências psicológicas destas, e as relações entre o uso de instrumentos e o desenvolvimento da linguagem.

Chimpanzés não criam instrumentos para o amanhã, porque não possuem a linguagem, e têm um poder imaginativo limitado quanto ao tempo. (Veer e Valsiner, 1999, p. 224). Segundo Vigotski (1984), o uso de instrumentos pelos animais não significa trabalho, ou seja, os animais podem fabricar e manipular instrumentos, sem que sejam utilizados inteligentemente para fins determinados, para um determinado trabalho. Animais vivem plenamente na natureza sem a necessidade de uso de instrumentos, assim, não desenvolvem fala, sendo incapazes de desenvolver pensamentos inteligentes, e muito menos uma cultura. O ser humano, diferentemente, é completamente dependente da criação e manipulação de instrumentos, da linguagem e da cultura.

Ainda em se tratando dos experimentos de Kohler, Vigotski relata que crianças em período pré-verbal, sendo observadas em situações de manipulação semelhantes às impostas aos chimpanzés, manuseiam os instrumentos de forma semelhante, porém, assim que se insere o uso de simbolização e linguagem no desenvolvimento infantil, o comportamento se mostra superior. Através do uso da linguagem, a criança começa a ter certo controle sobre o ambiente e também sobre seus próprios comportamentos. Desta forma, o uso de instrumentos vinculados ao uso da linguagem é próprio do comportamento inteligente humano.

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. (Vigotski, 1998, p. 33)

Segundo Vigotski, a inteligência prática então está diretamente ligada à fala da criança, em circunstâncias de resolução de problemas, é natural e necessário para a criança o uso da fala enquanto age. A fala para a criança é quase tão importante quanto a ação na resolução de um problema, sendo assim, fala e ação fazem parte de uma mesma função psicológica complexa. Quanto maior o nível de dificuldade da atividade a ser desenvolvida, maior a importância que a fala adquire. Em certos casos, se não for permitida a utilização da fala, a criança se torna incapaz de resolver uma situação difícil. Em muitos casos, a fala é utilizada para a criação de novos planos de ação imediatos

A fala extingue em certos casos ações impulsivas, ou seja, a criança através da fala pode se programar melhor. A manipulação simples e direta é então substituída por um

processo psicológico complexo, no qual a motivação interior e as intenções postergadas no tempo estimulam seu próprio desenvolvimento e realização. Esta nova forma de estruturação psicológica não existe, nem mesmo de forma rudimentar, em macacos antropóides (Vigotski, 1998).

A linguagem e a fala estão, então segundo Vigotski, diretamente ligadas à inteligência humana. Divergindo da teoria do desenvolvimento de Piaget, Vigotski refuta a idéia de fases de desenvolvimento intelectual baseados somente no desenvolvimento cognitivo. Defende ainda que não se pode tomar como parâmetro para se medir a inteligência de uma criança, apenas aquelas atividades que esta consegue desempenhar sozinha, pois ela pode demonstrar uma capacidade intelectual aumentada, quando estimulada por dicas, ou pelo trabalho em equipe.

A Zona de desenvolvimento proximal da criança é a distância entre seu desenvolvimento real, determinado com a ajuda de tarefas solucionadas de forma independente, e o nível de seu desenvolvimento potencial, determinado com a ajuda de tarefas solucionadas pela criança com a orientação de adultos e em cooperação com seus colegas mais capazes (Vigotski apud Veer e Valsiner, 1999, p. 365).

O conceito de egocentrismo abordado anteriormente quando se falava de Piaget, aparece como um fator importante nos estudos de Vigotski. Para ele, a fala egocêntrica medida pelo método de Piaget aumenta de forma direta a dificuldade na resolução de problemas práticos por parte da criança. Assim, esta fala deve ser vista como uma fase intermediária entre a fala interior e exterior e, apesar de ser a base para a fala interior, sua versão externa se torna incluída na fala comunicativa. Quando a criança é colocada frente a uma situação de resolução de problemas, sendo impossibilitada de manter uma fala social, é impelida a voltar-se à fala egocêntrica.

A teoria Histórico- social propõe então que o comportamento humano possui três fontes, sendo elas: hereditárias do genótipo, resultados de experiências individuais e por fim a responsável pela grande maioria dos conhecimentos e habilidades humanas, a assimilação da experiência da humanidade, ou seja de processos históricos acumulados. A sociologia de Durkheim, embora tenha sido muito criticada por Vigotski, teve grande influência neste pensamento, sendo sua teoria a respeito das representações coletivas de importância inegável. Segundo Veer e Valsiner (1999), Durkheim adotava uma linha genética do desenvolvimento, pois para ele os fenômenos sociais eram construídos dentro de seu próprio desenvolvimento.

Além disso, ele não aceitava a possibilidade de se chegar a qualquer estudo desenvolvimental a partir do estudo de um indivíduo.

Em sua opinião, cada sociedade compartilhava um conjunto de representações coletivas que se impunham (...) ao indivíduo. Essas representações coletivas eram as portadoras da experiência acumulada de gerações de pessoas e podiam ser comparadas a instrumentos. (Veer e Valsiner, 1999, p. 227).

Para Durkheim, estes instrumentos são guardados e acumulados durante as gerações, e se for pretendido conhecer alguma concepção que não por nós criada, deveria se olhar para a história, para fora. A resposta não estaria nas consciências individuais, e sim em uma concepção coletiva. Desta forma, segundo Veer e Valsiner, uma crítica de Vigotski seria a de não parecer haver, a partir destes pressupostos, explicações a respeito de processos mentais individuais humanos, e nem como os indivíduos adquirem conteúdos provenientes das representações coletivas.

Vigotski se utiliza destes desacordos com a teoria de Durkheim e da aceitação de preceitos apresentados por Lévy-Bruhl para se aprofundar e discutir sua teoria histórico-cultural. Lévy-Bruhl defende que a variedade de representações coletivas corresponde a diferentes funções mentais, e defende que, a variedade da mente humana não teria se desenvolvido durante a história humana. As diferenças estariam nas experiências vividas e não nas estruturas mentais, ou seja, os mecanismos mentais seriam idênticos desde a pré-história até o homem moderno. Defende a oposição entre os mecanismos lógicos e psicológicos, que são distintos entre os indivíduos.

O conceito de representações coletivas apresentado por Durkheim tem um caráter estático, ou seja, sua forma é estável assim como a sua compreensão. Sob a luz da psicologia social, Moscovici (2001) discorda desta forma e se interessa pelas variações e pela diversidade das idéias coletivas presentes nas sociedades modernas. O conceito de representações sociais passa necessariamente pela questão do significado, ou seja, quando há uma interação entre duas pessoas, dois grupos, ou entre uma determinada informação e um indivíduo, pressupõe-se que sempre será dada uma significação individual e coletiva deste conteúdo.

As representações coletivas diferem das representações individuais pela percepção e imagem. As representações individuais referem-se à consciência de cada indivíduo, e as coletivas referem-se à sociedade em sua totalidade, revelando de que forma a sociedade pensa a respeito de suas próprias experiências. Segundo Ansart (Conforme citado por Moscovici

2001), para Durkheim a representação coletiva designa uma ampla classe de formas mentais de uma determinada sociedade, tais quais religião, mitos, espaço e tempo. Esta representação é vivida por todos os integrantes do grupo e têm por função básica manter o vínculo entre eles, e prepará-los para pensar e agir uniformemente, perdurando estaticamente por gerações, exercendo uma espécie de coerção sobre seus componentes.

Se é comum a todos é porque é obra da comunidade. Já que não traz marca de nenhuma inteligência particular, é porque é elaborado por uma inteligência única, onde todas as outras se reúnem e vêm, de certa forma, alimentar-se. Se ele tem mais estabilidade que as sensações ou imagens é porque as representações coletivas são mais estáveis que as individuais, pois, enquanto o indivíduo é sensível até mesmo a pequenas mudanças que se produzem em seu meio interno ou externo, só eventos suficientemente graves conseguem afetar o equilíbrio mental da sociedade. (Durkheim conforme citado por Moscovici, 2003, p. 48).

Moscovici contesta então esta visão de certa forma engessada proposta por Durkheim, onde fenômenos coletivos são permanentes e fenômenos individuais, compostos por percepções e imagens. Critica a idéia de uma inteligência única regente e soberana sobre as inteligências ditas particulares, como explicação geral, sendo fenômenos psíquicos restritos ao nível individual.

O recebimento e a rapidez da troca maciça de informações presentes no mundo moderno fez com que as modificações das representações apresentassem-se de forma mais dinâmica e profunda. Assim, os estudos a respeito das representações coletivas passaram por uma transformação e começaram a ser feitos estudos a nível de representações sociais. *Reconhecendo-se que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes este lado preestabelecido, estático, que caracterizava a visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam. (Moscovici, 2001, p. 62).*

Trata-se então, de se entender as relações entre o mundo social e o individual, dentro de uma perspectiva de um mundo em constante transformação, de não mais se prender a tradições e sim a inovações freqüentes, de perceber a vida social de forma dinâmica e participativa. Desta forma, quando se pretende entender representações sociais em determinado grupo, além de entrar em contato com os discursos individuais, é preciso e imprescindível conhecer a história e o contexto em que está inserido. Começar a discussão apresentando a necessidade de entender o todo pelo um e o um pelo todo.

As representações sociais são capazes de influenciar e modificar o comportamento individual de um participante de determinada coletividade. É desta forma, que o processo

coletivo penetra a individualidade, através da internalização e simbolização dos conteúdos. As representações sociais são produto de nossas ações e comunicações. (Moscovici, 2003).

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (Moscovici, 2003, p. 41).

É importante que não se entenda uma representação como um comportamento ou uma estrutura social, mas ela muitas vezes responde a estes aspectos. Constitui uma realidade social porque possui uma origem coletiva, porque se refere ao coletivo e é compartilhada para formar uma realidade social. Esta representa os sentidos, crenças, imagens e significados individuais e coletivos. Segundo Oliveira e Werba (1998), as representações sociais englobam atitude, opiniões, imagens e ramos do conhecimento.

As representações sociais são “teorias” sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois. (Oliveira e Werba, 1998, p. 105).

Desta forma, escutar e entender a fala de cada indivíduo pode nos levar a constatar suas representações sociais a respeito de determinado tema. As opiniões individuais, posteriormente colocadas em contato, trazem subsídios para o estudo das representações sociais, visto que o indivíduo é produto e produtor do meio, influenciando e sendo influenciado, num processo incessante.

O objetivo de exploração das representações sociais, segundo Moscovici, engloba todas as representações, não importando a sua origem. A cada vez que se gera um saber, seja ele científico ou leigo, a cada vez que ocorre um determinado e relevante fato novo, a representação destes fatores passa a fazer parte da vida coletiva, afetando de alguma forma o entendimento e a subjetividade social.

Dentro desta perspectiva filosófica, Fernando Rey apresenta o conceito de subjetividade social a partir do entendimento de que o individual e o social não constroem uma dicotomia e nem se excluem mutuamente, desfazendo a idéia de que a subjetividade seja apenas de um fenômeno individual. É um sistema, complexo e elaborado simultaneamente a nível social e individual.

Independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associadas somente à experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual. (Rey, 2003, p. 202).

Rey reforça a intenção de que os processos sociais deixem de ser percebidos apenas de forma externa ao indivíduo. A subjetividade individual é ao mesmo tempo produtora e produto de uma subjetividade social. Porém, devemos nos ater ao fato de que a constituição social do indivíduo não se resume a esta relação, é um processo diferenciado, onde as conseqüências de determinados fatos são implicadas de formas diversas entre os indivíduos que as formam e o meio social.

De forma também diversa à teoria das representações coletivas de Durkheim, Rey apresenta a subjetividade social não como uma entidade estática, portadora de características universais definidas, algo engessado para sempre. É por sua vez um processo, e por isso em constante movimento, que está sempre relacionado a diferentes processos de institucionalização e ação de sujeitos em diferentes espaços da vida social. Rey frisa ainda, que, a subjetividade social não é um processo abstrato.

A subjetividade social não é uma abstração, é o resultado de processos de significação e sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social, e que delimitam e sustentam os espaços sociais em que vivem os indivíduos, por meio da própria perpetuação dos significados e sentidos que caracterizam dentro do sistema de relações em que eles atuam e se desenvolvem. (Rey, 2003, p. 206).

Este aspecto da interligação das subjetividades coletiva e individual abordado por Fernando Rey, é também abordado por Lauwe e Feuerhahn, em seu texto *A representação social na infância*, no qual a representação é vista por um aspecto duplo, seja enquanto produto do psiquismo humano, seja como produto cultural. Examinam estes aspectos a partir da dinâmica do desenvolvimento infantil, enfatizando a contribuição das representações para a socialização e individuação da criança.

É interessante para o psicossociólogo observar como se dá a transmissão dos modelos sociais, por meio das muitas interações que ocorrem ao longo do desenvolvimento da criança, em universos de socialização complexos, que incorporam a contribuição da mídia; como ela se ressocializa, desempenhando novos papéis; como ela interioriza novos modelos em fases de identificação posteriores, enquanto os imagos parentais estão quase fortemente ancorados (Lauwe e Feuerhahn, 2001, p. 291).

A representação aparece como um mecanismo de extrema importância na infância, pois é entendido como um instrumento de cognição que permite à criança interpretar as descobertas do meio físico e social, que ocorrem através de suas sensações e experiências, conferindo-lhes valores fornecidos pela sua interação e troca como meio, sendo assim, a representação, um instrumento essencial para a socialização e comunicação da criança. *A representação social se situa na junção do psicológico e do sociológico; é ao mesmo tempo um mecanismo psíquico, enquanto expressão do espírito humano, e um mecanismo social, enquanto produto cultural.* (Chombart de Lauwe apud Lauwe e Feuerhahn, 2001, p. 285).

Segundo Lauwe e Feuerhahn, os sistemas de representações que as crianças adquirem ao longo de seu desenvolvimento, sua visão de mundo e sua representação de si, são resultantes diretas de suas interações constantes com o meio. A criança vincula as representações de novas situações a referências de vivências anteriores. A despeito disto, a criança pode também se confrontar com aspectos novos a sua existência, podendo ser levada a aumentar e reajustar suas concepções e representações, sem ter que passar por experiências pessoais e reais.

Segundo a teoria de Piaget, a criança pequena, no estágio sensório-motor, representa as questões externas internamente, em suas estruturas cognitivas. O objeto não difere em mundos, é representado da mesma forma no mundo externo e interno, o signo e o significado tratam-se da mesma coisa. Nesta fase, a criança vive o egocentrismo em sua fase mais marcante. A representação então, está em nível psíquico. Na próxima fase a criança já tem uma capacidade de simbolização mais aguçada, e com a diminuição do egocentrismo, começa a interiorizar as representações dos pais, e num processo gradual, começa a perceber o mundo ao seu redor, simbolizando e representando as novas informações e vivências com o meio social e físico (Lauwe e Feuerhahn, 2001).

A representação, em Piaget, permanece como um processo independente de qualquer influência do meio; conseqüentemente, o conteúdo social das representações intervém apenas como uma aquisição tardia. Entre representação mental e representação social, a diferença reside somente na proeminência dada à ação do indivíduo, em detrimento de outras formas de interação social (Lauwe e Feuerhahn, 2001, p. 282).

É inegável que a teoria de Piaget contribui ao estudo de representações no que se refere a crianças. A crítica que se apresenta a esta é que por um lado, contribui com o fato de relacionar o processo cognitivo e a apreensão das representações sociais. Porém, existe uma

dificuldade em generalizar estes processos para todas as culturas, bem como uma lacuna no que se refere ao esquecimento de fatores afetivos em detrimento dos fatores motores e operacionais. Para Wallon, a representação é um processo de integração entre o sujeito e o mundo a sua volta. Ressalta ainda a importância do signo e da linguagem para a representação, defendendo que para alcançar a representação, a criança depende do signo, e é a linguagem, convergido com a teoria de Vigotski, que fixa a representação na consciência (Lauwe e Feuerhahn, 2001).

A representação social então, pode ser analisada sob vários ângulos e pontos de vista, a partir de visões mais ou menos voltadas ao individual e mais ou menos voltadas ao social. Sua importância está intimamente ligada ao desenvolvimento da personalidade humana, pois é formadora e formada através da subjetividade individual e das relações sociais. A criança então, está a todo tempo em contato, representando e simbolizando fatos e acontecimentos para a sua formação e desenvolvimento cognitivo, afetivo, mental e social. A pesquisa que se segue, estará embasada teoricamente pelas visões e abordagens que contemplam o estudo das representações sociais, vinculadas ao entendimento das teorias que tangem o desenvolvimento da criança dentro do prisma social.

Metodologia

1-Contexto da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros- Go. Esta possui aproximadamente 400 habitantes. A base de sua economia atualmente é o turismo, que gira em torno da visitação do Parque nacional Da Chapada dos Veadeiros. Milhares de turistas passam por ali, deixando suas culturas e hábitos.

2-Sujeitos

Para a realização desta pesquisa, os sujeitos escolhidos foram três crianças do sexo masculino, matriculados regularmente na segunda série do ensino fundamental da escola municipal de São Jorge, com idades entre dez e treze anos.

	Idade	Sexo	Escolaridade	Pai/ mãe (Profissão)	Numero de irmãos
Sujeito A	10 anos	Masculino	Terceira série do ensino fundamental	Mãe- dona de restaurante Pai- desconhecido	Nenhum
Sujeito B	12 anos	Masculino	Quarta série do ensino fundamental	Pai- Guia do PNCV Mãe- Funcionária de pousada	Quatro irmãos
Sujeito C	13 anos	Masculino	Quarta série do ensino fundamental		Quatro irmãos

3- Instrumento

- Entrevistas semi-estruturadas individuais: Foram realizadas para compreender os vocábulos utilizados para descrever o turista e possíveis representações a estes vinculadas. . Foram estas gravadas e autorizadas previamente. A linguagem utilizada foi coloquial, e apropriada à fala local, pela questão da possibilidade maior de identificação e melhor ocorrência da entrevista. Segundo a fala das crianças de São Jorge: “Tem os chatos que falam certo e os bons que falam igual a gente.”

Proposta de entrevista semi-estruturada:

- Como é a sua vida aqui na Vila? Você gosta? (A percepção da Vila, se surge algum conteúdo relacionado ao turismo ou aos turistas).
- do que você gosta de brincar? (se existem influências perceptíveis dos turistas, como brincadeiras a eles relacionadas).
- O que tem de bom para fazer na Vila? (perceber a relação com a Vila e se surge algum conteúdo ligado a turista).
- e nas férias, feriados o que você faz? (perceber o surgimento de questões possivelmente relacionadas ao turismo).
- E os turistas? Como eles são? Como se vestem? (Para perceber opiniões e representações, bem como possíveis estereótipo do turista).
- Se você pudesse escolher São Jorge com ou sem turista, o que você preferiria? (Perceber questões relacionadas ao sentimento da criança com relação a presença do turista na cidade).

4- Procedimentos

Já haviam sido estabelecidos contatos iniciais com os sujeitos entrevistados, a partir de brincadeiras e conversas ocorridas durante pouco mais de um ano de interações. Na praça da Vila de São Jorge, durante uma procissão em devoção a Nossa Senhora Aparecida, foram abordados as crianças A e C, que concordaram em ceder as entrevistas no dia seguinte. A criança B, foi abordada no dia seguinte na praça, durante um jogo de peteca. Foi pedida uma permissão informal aos responsáveis pelos menores, e estes acataram. As entrevistas ocorreram no mesmo local, (Pátio da Pousada do Seu Otávio), seguidamente umas das outras. Foi explicitado às crianças que o conteúdo daquelas conversas seriam confidenciais e seus nomes também seriam mantidos em sigilo. Houve uma pequena interferência da criança B durante a entrevista da criança C, esta repreendeu levemente uma opinião emitida. As entrevistas foram gravadas e seus conteúdos não foram apresentados às crianças.

As perguntas foram elaboradas previamente para guiar as entrevistas, por se tratar de uma entrevista semi-estruturada. Estas giraram em torno das rotinas e dinâmicas de vida das crianças, tendendo as perguntas que visavam perceber suas percepções e representações a respeito da presença e do turista em si.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma categorização feita a partir das respostas dos sujeitos, somada à discussões entre a teoria e a produção desta pesquisa.

Resultados/ Discussão

No momento em que se decidiu realizar esta pesquisa, logo foi levantada a possível dificuldade de se obter bons resultados através de entrevistas realizadas com crianças, com o objetivo de conhecer a respeito de suas representações sociais. De fato, o discurso de uma criança não pode ser tão bem articulado e crítico como o de um adulto, pois seu desenvolvimento ainda não alcançou condições para tanto. No entanto, o que se percebeu na realização das entrevistas foi que o conteúdo das falas, por vezes aparentemente vazias e sem reflexões, trouxe subsídios riquíssimos para a percepção da essência e atitudes deste grupo. A fala e a linguagem da criança são, segundo Vigotski (1984), a expressão mais clara e evidente de sua inteligência e de seus conteúdos internos, que são fruto de interações com o meio sócio- cultural em que está inserida. O turista, é objeto de Representações Sociais para as crianças de São Jorge, sendo as categorias a serem discutidas em seguida, referentes a este objeto.

A Denominação

A primeira questão que se visou perceber no início das entrevistas realizadas com as crianças de São Jorge foi a denominação que estas dariam ao objeto desta pesquisa. Para se tentar chegar às representações sociais, seria necessário perceber se para a realidade dos sujeitos, neste caso as crianças, este objeto existe, para então significar algo em suas vidas. Segundo Campos (2000), quando se pretende estudar uma determinada representação dentro de um grupo, deve-se atentar à realização prévia de uma análise de constituição do objeto social, ou seja, analisar se este objeto em específico é um objeto de representação para tal grupo de sujeitos. O objeto, para Sá (1998), deve ter uma forma, ter uma relevância sócio-cultural, ser presente e intervir de alguma forma na vida dos sujeitos em questão. Assim, as entrevistas foram conduzidas de forma não tendenciosa. Para que se chegasse a este ponto, pretendeu-se no início perceber, antes de investigar suas representações, se o objeto (turista), fazia parte do universo dos sujeitos (as crianças de São Jorge).

Ao falar sobre assuntos que poderiam remeter ao objeto, sobre os dias de feriados e férias na Vila, as crianças falaram que São Jorge fica cheia de *turista*, surgiu então a denominação *os turista*. Esta denominação apareceu também em vários outros contextos relacionados às interações existentes com o objeto. Este objeto, então tem algum tipo de representação para estas crianças, está presente em suas vidas e cotidiano. Moscovici (2003), atenta para a importância da comunicação para o processo de entendimento das

representações sociais, “essa organização e estrutura é tanto conformada pelas influências comunicativas em ação na sociedade, como, ao mesmo tempo, serve para tornar a comunicação possível”. Assim, neste caso, a denominação emergida de entrevistas realizadas com as crianças nos indica que esta denominação está presente na comunicação destas, e por isso pode se tratar de um objeto de representações sociais. Pois, para existir um signo em suas representações, é preciso que haja para este significados, ou seja existe uma denominação específica, espontaneamente dita, existem significados e sentidos relacionados a este. É a partir deste dado que se pode começar a investigar quais seriam estes sentidos, símbolos e representações.

Ainda nesta perspectiva, Lauwe e Feuerhahn (2001), afirmam que para a criança, a representação é ao mesmo tempo um modo de comunicação e um instrumento de socialização. Então, a fala da criança e o que emerge dela tem um grande valor, já que é construída e construtora de suas representações. É através dos discursos emitidos pelas crianças, que se chegará às representações dirigidas ao objeto denominado por eles “turistas”.

Uma palavra, quando emitida no sentido de designar um objeto, traz consigo uma carga de símbolos, representações e percepções inerentes às experiências vividas pelo sujeito com o objeto, bem como do sujeito com as representações sociais já existentes deste objeto. A partir de então, pode-se iniciar o processo de discussão a respeito das categorias expressas pelas crianças, já que foi constatado que o turista é objeto passível de estudo de representações sociais para este grupo.

O Chato

Esta categoria foi assim denominada porque o termo *chato* apareceu diversas vezes quando as crianças se referiam aos turistas, em todos os discursos pode-se notar este fato. A conotação da palavra dada pelas crianças em seus discursos está intimamente ligada às definições do dicionário Houaiss: “Chato é o que é maçante, enfadonho ou insistente, que aborrece, irrita, estorva, perturba ou preocupa, o de galocha é um indivíduo muito amassador ou importuno.”

Elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. (Moscovici, 2003, p. 34).

Aplicando esta colocação de Moscovici, aos dados desta categoria, podemos afirmar que as crianças, diante dos acontecimentos e vivências com os turistas, de forma partilhada, representam a figura do turista como um *chato*. Para Lauwe e Feuerhahn (2001), a representação é um mecanismo fundamental no entendimento da dinâmica infantil, pois é um instrumento cognitivo que permite à criança interpretar as descobertas do mundo ao seu redor, realizando-as por meio de suas sensações, ações e experiências, conferindo-lhes sentido e valor a respeito de estímulos fornecidos pelo meio. Podemos inferir, a partir deste trecho escrito por Lauwe e Feuerhahn, que as interações ocorridas entre as crianças e os turistas não foram e nem são de todo agradáveis (*É chatos, é baruiando, fazendo zoadas, ligando o som em frente a casa dos outros. Reclama porque a gente tá brincando e eles querendo dormir*). As representações resultantes destas interações influenciam o seu desenvolvimento, bem como a personalidade e a maneira com que agir com relação a este objeto (*Os chatos eu nem falo*). Não que esta representação seja engessada é sim, segundo Moscovici (2001), passível de mutações, e é edificada mentalmente e socialmente através de suas interações com o objeto e com o meio.

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (Moscovici, 2003, p. 41).

A partir desta citação, podemos discutir ainda o fato de que estas representações além de serem formadas pelas percepções de vivências ocorridas entre as crianças e os turistas, podem ter sido transformadas ou oriundas de representações já existentes em sua cultura e em seu meio familiar, por exemplo. Segundo o que se verificou neste sentido, na comunidade de moradores de São Jorge como um todo, existe de fato um certo saudosismo da época que a Vila era apenas visitada espaçadamente por alguns aventureiros eventuais, quando as relações entre as pessoas eram mais estreitas, e a Vila freqüentada apenas por conhecidos. Além disto, através de observações participantes realizadas com antigos moradores, pode-se perceber em seus discursos, porém de forma mais encabulada, uma percepção sensivelmente parecida com a das crianças, a de turista *chato*.

Assim, as ações dos turistas, o histórico individual das crianças, somados à tradição cultural, fizeram com que as crianças apresentassem um denominador comum, uma representação de sujeito importuno e enfadonho, de um turista *chato*.

Provisão

A despeito de ser representado como *chato*, o que foi notado como confluência nos discursos das crianças, é que o turista é visto também como uma forma ou fonte de provisão²¹. Ou seja, apesar de ser um sujeito *chato*, sua presença é representada também sob um aspecto benéfico, pois é através da movimentação turística, que é sustentada a economia da Vila²², *porque fica melhor que eles traz mais dinheiro pra comunidade*. O turista é percebido como uma fonte de renda, uma possibilidade de se ganhar dinheiro. Os pais destas crianças trabalham em sua maioria em restaurantes, pousadas ou como guias do Parque Nacional: *minha mãe trabalha lá no Trevo Violeta (Pousada)*.

Sob esta perspectiva, o turista é percebido de forma positiva, pois as crianças recebem recompensas por sua presença, o fato da mãe, por exemplo, ganhar mais dinheiro é um fator reforçador: *que ai a mãe da gente tem bastante dinheiro pra dá pra gente*. Em contrapartida, existe um certo receio quanto a esta questão, que está relacionado ao fato da ausência dos pais, ou dos adultos queridos, por conta do excesso de trabalho em momentos de efervescência do turismo: *minha mãe trabalha demais*. Parece que a questão da provisão está num conflito com a da atenção e presença dos adultos.

Em observações participantes realizadas com professores da escola municipal de São Jorge, surgiram conteúdos no sentido de que as crianças teriam sérias dificuldades em respeitar e aderir a regras, seja dentro de sala de aula, seja na comunidade como um todo. As crianças sujeitos desta pesquisa estão situadas, segundo a teoria Epistemológica de Piaget (1978), entre os estágios *Operatório Concreto* e *Operatório Abstrato*, portanto, não mais deveriam possuir comportamentos e pensamentos egocêntricos, bem como sua organização social deveria ser predominantemente grupal, chefiando e admitindo a chefia, sendo capazes de compreender, dar e admitir regras, podendo ser fiéis a elas, bem como estabelecer compromissos. Uma das proposições levantadas a respeito das possíveis causas deste desvio, seria a de que os pais estariam por demais atarefados, vinculados ao atendimento e benefício do turismo, não dando a atenção necessária para a educação e a presença junto aos filhos, podendo estar provocando pequenos tipos de regressão no que tange o curso normal do desenvolvimento comportamental infantil.

²¹ Provisão, segundo o dicionário Aurélio: Abastecimento, fornecimento, sortimento, provimento; reserva de dinheiro e valores.

²² A economia da Vila de São Jorge se baseia quase que em sua maioria na exploração do turismo ecológico. A população se emprega em pousadas, restaurantes e pequenas vendas, que em sua maioria pertencem a pessoas de fora da comunidade. Além disto, sua mão de obra é muito barata, não condizendo aos lucros do empreendimento.

Segundo Souza (1999), o desenvolvimento estritamente econômico gerado pelo turismo pode ocorrer sem que necessariamente haja um desenvolvimento da comunidade, ou melhoria nos quadros de concentração de renda e dos indicadores sociais. Assim, as crianças parecem ver pontos positivos na presença do turista, no que se refere ao desenvolvimento econômico, bem como os adultos da Vila. Porém, também compartilhando da percepção da comunidade como um todo, o turista não traz para Vila uma distribuição de renda justa e um desenvolvimento no que tange às necessidades desta, e sim contempla as necessidades do turismo. Os nativos trabalham horas a fio, e, de acordo com relatos destes mesmos, ganham salários ínfimos frente ao lucro dos proprietários de negócios turísticos que em sua maioria não pertencem à Vila.

As crianças também se adaptam a este tipo de economia, realizando tarefas para aproveitarem a presença dos turistas. Várias destas atividades, em meio a uma brincadeira e outra são realizadas pelas crianças, tais quais guiar informalmente turistas até as cachoeiras, por alguns trocados, e catar latinhas de alumínio para vender posteriormente (*no feriado é bom que a gente cata muita latinha, tem muito turista, lá no restaurante quando é assim feriado, tem muita latinha*). Desta forma, representam o turista *chato* também como uma forma de se ganhar o sustento, de *provisão*. Assim, já começa a se perceber a riqueza de componentes presentes nas representações sociais do turista para as crianças de São Jorge.

O Colonizador

Esta categoria surgiu a partir de sutilezas deixadas escapar no discurso das crianças, e que possuem uma importância capital no que tange o entendimento global das representações sociais destas com relação aos turistas, pois toca no ponto da diferença e da imposição.

O turista que frequenta a Vila de São Jorge geralmente vem de grandes centros urbanos, predominantemente de Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo. A sua maioria é de estudantes universitários, que por sua vez pertencem em grande parte às classes econômicas média e alta. Segundo as crianças, estes usam roupas limpas, coloridas e novas, e além disto, *andam sempre com a máquina fotográfica no pescoço*.

Souza (1999) diz que quando o fluxo de turista se dirige a um determinado destino no qual a cultura, os costumes e o poder aquisitivo são equivalentes, não há choques e impactos negativos na população local, sendo estes fatores facilmente absorvidos, podendo predominar os aspectos positivos do turista. Quando, como no caso de São Jorge, existe uma assimetria marcante de renda e diferenças culturais, a presença do turista pode trazer experiências negativas e por vezes traumáticas à comunidade local, pois segundo o autor os turistas

sentem-se como pessoas oriundas de realidades superiores e portanto, dotadas de poder sobre os nativos, por serem detentoras do poder de compra e por entenderem ser culturalmente superiores. Segundo os discursos das crianças da Vila, este segundo tipo de turista apresentado, é o predominante em São Jorge, e realmente age e se apresenta desta forma.

No momento em que emerge das falas das crianças, um conteúdo como: *na cidade deles, eles sempre foi assim, aí chega aqui quer que a cidade seja igual à deles*, nos traz uma interpretação de imposição, uma tentativa do turista de trazer mesmo que forçadamente, seu costume e cultura, tal qual um colonizador²³. No que se refere a este tipo de turista “Muitas vezes tem-se a sensação, porém, de que ele acima de tudo serve de ilustração para situações de choque e desfiguramento cultural, e arrogância etnocêntrica” (Souza, 1999 p.21). Ou seja, esta figura, para as crianças é representada como desrespeitosa e impositiva, pois além do turista não respeitar *nostra cidade*, pretende torná-la tal qual *a deles*. Existe então, uma linha que divide o que é *deles*, e o que é pretendido que se torne igual a *deles*, ou seja, querem transformar o que é *nosso* no intuito de homogeneizar.

Segundo Benevides (1999) para o desenvolvimento de um turismo benéfico, além do desenvolvimento econômico, “A manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística, e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e visitantes” (pg. 25), trariam um desenvolvimento mais justo, produtivo e de conservação.

A fala: *tem os chatos que falam certo e os legais que falam igual a gente*, demarca a resistência em aceitar esta colonização cultural que se entende. O *falar certo* remete à chatice, ao fato de além de não ser aceito por sua essência, ter que entender e aceitar essência a do outro. O fato de serem os que falam igual às crianças, considerados legais, nos traz a possibilidade de que possivelmente o nível cultural dos turistas traga desconforto às crianças. Uma questão que pode ser levantada nesta conjuntura, e baseada na idéia de Souza (1999) de que a diferença cultural e financeira dos turistas pode levar a comunidade local a uma perda de auto-estima coletiva, pode causar esta espécie de repulsa por parte das crianças com relação à figura do turista.

Um fato importante que parece cabível ser citado neste momento, é o de que para a realização das entrevistas resultantes deste trabalho, foi preciso fazer uma aproximação gradual, pois como pessoa *estrangeira* ao local, também era eu considerada turista, e portanto carregava comigo todas as representações que a comunidade e as crianças possuem com

²³ Colonizar segundo o Dicionário Aurélio: Propagar-se ou alastrar-se por; invadir; dominar como a uma colônia; exercer domínio, ou supremacia, sobre.

relação à esta figura. Primeiro foi feita a observação para verificar a forma de linguagem, bem como as ações e interações. Em um segundo momento, tentei agir de forma distinta da dos turistas, assemelhando-me em alguns aspectos aos hábitos nativos. Depois de algum tempo de interações e conversas comecei a ter a aceitação dos adultos e logo depois a das crianças. A partir de então fui aceita, e não mais era vista como turista, podendo fazer parte das atividades e da dinâmica da Vila. Posso assim afirmar, pelo fato de que durante as entrevistas, ao se referirem aos turistas, diziam *Eles*. Portanto, existe certa segurança em inferir que dentro das representações de turista para estas crianças, existe sim um receio e uma percepção de colonização.

O Veto

Esta categoria está relacionada à percepção e entendimento das ações do turista em suas interações com as crianças.

Segundo Vigotski (1998), a percepção da criança está diretamente ligada às interações de linguagem. À medida que vão ocorrendo novas interações, estas vão sendo somadas aos sistemas psicológicos e às variações no desenvolvimento, promovendo novas percepções a respeito de determinado objeto.

Assim, através das percepções herdadas dos pais e da comunidade, somadas às interações entre as crianças e os turistas, por intermédio da linguagem, percebe-se que existe uma representação de veto no que tange à conduta do turista com relação às crianças: *aí quando eles vão lá a gente fala que o lugar é público, da gente brincar*, através desta fala, pode se perceber que existe um veto, pois as crianças estão sendo advertidas e vetadas ao direito de brincarem em seu próprio ambiente.

Souza (1999) apresenta a possibilidade do turista que se considera “superior”, por sua situação econômica e intelectual, assumindo por vezes uma postura autoritária, podendo a comunidade sentir-se agredida. Ao que parece, existe este tipo de intervenção por parte dos turistas que freqüentam a Vila, *igual ali, ali é uma pousada do outro lado, a gente tá brincando, que é a casa da gente, aí eles vai lá, reclama pra recepção, a recepção reclama pros pais*. Existe uma veto vinculado a um sentimento de invasão. A criança é proibida de brincar para que o turista possa descansar, é vetada de seu direito para dar conforto a um estranho, sendo este um comportamento proveniente da figura de um colonizador, no sentido de que veta os costumes locais para a promoção dos seus.

O incômodo

Esta categoria está relacionada ao incômodo que o turista provoca por estar presente na Vila. O discurso das crianças conflui com as definições de Incômodo :que incomoda, em que não há comodidade, que provoca indisposição, mal-estar, que constrange, dificulta, embaraça, perturba, desgosta, aborrece enfada, sobrevém em mau momento.

O turista é representado como um incômodo, uma presença perturbadora e desgostosa, enchem a cidade *Fica muito cheia pra anda*, fazem muito barulho, *Muito barulho*. As crianças relatam que no período de férias, ou mesmo durante feriados, preferem ir para chácaras de amigos e parentes a ficar na Vila, muito provavelmente por conta deste desconforto provocado pelos turistas.

O turismo de massa vem crescendo em São Jorge, e as influências exercidas pela presença da figura do turista, exacerbam a questão econômica e afetam a dinâmica cultural e social da comunidade. Esta interferência pode trazer, segundo Souza (1999), grande desconforto espacial e vivencial nos habitantes da cidade de destino dos turistas.

A rua e os espaços da Vila que geralmente são tranquilos e se transformam em locais impróprios para a brincadeira por conta do grande movimento de turistas: *quando não tem turista é até mais legal porque... né?! Não tem muito carro passando, a gente brinca*. O desejo de que não tenha turistas para que a vida possa continuar normalmente, sem incômodos e perturbações, que passam por barulho na hora de dormir, intervenções verbais e físicas em suas brincadeiras, bem como a simples presença de uns sujeitos diferente de sua cultura, que se veste e age diferente de todos daquele local. *Eles veste roupa limpa e nova, e anda com a maquina de foto no pescoço*.

Dependência do Nativo

Existe uma percepção de que o turista traz provisão à Vila de São Jorge, ou seja, traz dinheiro e possibilidade de emprego aos pais e às crianças. Então, aparece uma outra dicotomia no discurso das crianças. Ao mesmo tempo em que relatam haver uma dependência financeira dos turistas, apresentam haver também uma dependência destes com relação a elas, relacionada ao fato de que as crianças percebem serem possuidoras do conhecimento da Vila, de suas cachoeiras, pousadas e camping, enfim, de lugares que são os objetivos dos turistas que visitam São Jorge. Além disto, as crianças, de forma direta ou indireta, fazem parte dos serviços oferecidos aos turistas, e sentem talvez por isso um ar de potência: *quando vem gente*

chata pro restaurante, eu não atendo não. É neste momento então que a criança percebe que o turista pode ser seu dependente.

O se sentir útil também pode trazer uma representação diversa do turista. Ao passo que é um sujeito *chato e impositivo (o colonizador)* mas que tem também o poder da provisão, é também visto de forma até vaidosa, como um dependente de seus conhecimentos e indicações. *Tem uns que são legais, que pede informação e a gente dá:* nesta fala, parece estar bem clara a satisfação por poder ser *dono* de algo, isto é, da informação pretendida, e de poder escolher a quem revelar, de só dar as informações a quem convier.

Esta questão das crianças sentirem uma dependência dos turistas em relação a elas, nos traz duas reflexões, sendo o sentir-se útil e importante e o sentir-se superior, por serem portadores das informações e da sabedoria a respeito da Vila. Talvez estas representações possam ser provenientes das interações entre as crianças e os turistas, mas também de representações oriundas dos adultos, pois com a implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, houve um esforço por parte do IBAMA em reforçar a auto-estima e a força da comunidade, promovendo cursos de guias ecológicos e auxiliando na formação de associações de moradores. Desta forma, os moradores passaram a sentirem-se mais seguros e conscientes a respeito da Vila e das suas imediações.

Souza (1999), discute a presença do turista, em sua maioria como um fator desestruturante de sociedades e culturas ermas. Porém, parece cabível entender a relação turista/ comunidade, como uma forma de troca, de desenvolvimento, mesmo que nem sempre de forma positiva. É um processo infundável, uma relação onde várias são as resultantes, a depender das variáveis coletivas e individuais.

Assim, as representações sociais de turista para as crianças de São Jorge não só existem, como são fatores determinantes em suas rotinas e em suas vidas. Não é somente pelo fato de ser este o provedor do sustento da comunidade, mas também por gerar outros tipos de intervenções e interações, causadoras destas representações à cima discutidas.

Conclusão

A primeira questão que se pretendeu perceber nesta pesquisa, foi a existência ou não de representações sociais do turista para as crianças de São Jorge. Através de seus discursos, pode-se perceber uma grande carga de representações e significados relacionados a este objeto. Apesar do que se imaginava sobre as relações entre crianças e turista, esta não se configura tão somente como ruim ou boa, apresenta sim uma riqueza de detalhes e de questões dicotômicas. Ao passo que existe uma dependência das crianças com relação ao turista no que tange as questões econômicas, ou seja, este é representado como uma das principais formas de provisão para a comunidade, para os pais e para as crianças, é também visto como dependente dos conhecimentos e da “boa vontade” em informar, guiar e servir das crianças. O turista é percebido ainda como um colonizador, que invade a comunidade, e de forma impositiva traz sua cultura, desprezando os aspectos culturais locais. É por tanto representado como um sujeito chato, que perturba, que veta e através destas ações na comunidade, incomoda. O turista é sem dúvida uma figura muito importante para a Vila de São Jorge, por ser o turismo a base de sua economia. As crianças compartilham desta representação, já que precisam deste para sobreviver. Mas ao mesmo tempo exalam seus desejos de que estes não estivessem ali, que pudessem viver em sua comunidade sem a interferência de pessoas de fora, tranqüilamente tal qual a Vila pacata relatada por seus pais.

Referências Bibliográficas

- Ajuriaguerra, Julian (1983). Manual de Psiquiatria infantil. 4.ed São Paulo : Masson do Brasil.
- Almeida, A. M. O (2004) . A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. *Ser Social*, 9, pp. 129-158
- Azevedo, Julia. “Enraização” de propostas turísticas. Em: Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec.
- Benevides, I. P. Para uma agenda de discussão do Turismo como fator de desenvolvimento local. Em: Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec.
- Diegues, A. C. Sant’Ana (2004). O mito moderno da natureza intocada. 4° ed. São Paulo. Hucitec. Núcleo de Apoio a pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.
- Filho, A. P. (1993). Ecologia, Cultura e Turismo. São Paulo: Papirus.
- Guarechi, Pedrinho A; Jovchelovitch, Sandra (1995). Textos em representações sociais. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- José, Paulo. Apresentação em: OLIVEIRA, R. J de (2005). História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros. Goiânia: Ed. Kelps.
- Júnior, J. H. da S (2004). A Política Interna de Turismo no Brasil (1992-2002). Belo Horizonte: FACE- FUMEC.
- Lawe, M. J. C. de; Feuerhahn, Nelly (2001). A representação social na infância. em: Jodelet, Denise (org). As representações sociais. (Lílian Ulup Trad.). Rio de Janeiro: Ed UERJ.
- Leuzinger, Cláudio. (2002). Ecoturismo em Parques Nacionais: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais. Brasília: W. D. Ambiental.
- Melo, M. M. de (1999). A relação entre unidade d conservação e comunidade do entorno: estudo de caso – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros- GO. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília.
- Moscovici, Serge (2003). Representações sociais: investigações em psicologia social. (Pedrinho A. Guareschi Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, Serge (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história em: Jodelet, Denise (org). As representações sociais. (Lílian Ulup Trad.). Rio de Janeiro: Ed UERJ.

Oliveira, J. R. de (2005) . Histórias do garimpo de cristal da chapada dos Veadeiros. Goiânia: Kelps.

Piaget, Jean (1978). A Epistemologia Genética: Sabedoria e ilusões da filosofia: Problemas de psicologia genética. (Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamara Daeir, Célia E. A. Di Piero Trad.). São Paulo: Ed. Abril cultural.

Pires, M. J. (2002). Raízes do Turismo no Brasil: Hóspedes, Hospedeiros e Viajantes no Século XIX. São Paulo: Manole.

Rey, F. L.G (2003). Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. (Raquel Souza Lobo Guzzo Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Richmond, P. G. Piaget: teoria e prática. (Aydano Arruda Trad.). 2º ed. São Paulo: Ibrasa.

Rodrigues, A. M. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. Em: Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec.

Sá, Celso Pereira De (1998). A construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Souza, M. J. L. de. Como pode o Turismo contribuir para o desenvolvimento local? Em: Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec.

Van Der Veer, Rene; Valsiner, Vaan. (1999) Vygotsky: Uma síntese. (Cecília C. Bartalotti Trad.) São Paulo: Loyola.

Vygotsky, L. S..(1984). Formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: M Fontes.

Vigotski, L. S.(1998). O desenvolvimento Psicológico na Infância. (Claudia Berliner Trad.) São Paulo: M Fontes.

www.ibama.gov.br Acesso em outubro de 2005.

www.ief.rj.gov.br Acesso em outubro de 2005.

Apêndice

Categorização

A Denominação	<p>“Os Turista”</p> <p>“Turista”</p>
O Chato	<p>“Tem turista legal e turista bastante chato”</p> <p>“Tem uns chatos que fica mandando muito”</p> <p>“Teve vez que só veio turista chato”</p> <p>“É chatos, é baruiando, fazendo zoada, ligando o som em frente a casa dos outros”</p> <p>“Eu acho ruim, tem muito carro na estrada, é perigoso e atropela a gente”</p> <p>“É muito barulho”</p> <p>“Atrapaia porque eu moro ali no fundo”</p> <p>“Reclama porque a gente ta brincando e eles querendo dormir”</p> <p>“Os chatos eu nem falo”</p>
Provisão	<p>“Que ai a mãe da gente tem bastante dinheiro pra dá pra gente”</p> <p>“Minha mãe trabalha demais”</p> <p>“Porque fica melhor que eles traz mais dinheiro pra comunidade”</p> <p>“no feriado é bom que a gente cata muita latinha, tem muito turista, lá no restaurante quando é assim feriado, tem muita latinha”</p> <p>“Minha mãe trabalha lá no Trevo Violeta (Pousada) e meu pai trabalha na roça”</p>
O Colonizador	<p>“Tem os chatos que falam certo e os legais que falam igual a gente”</p> <p>“Na cidade deles, eles sempre foi assim, aí chega aqui quer que a cidade seja igual a deles”</p>
Dependência do Nativo	<p>“Tem uns que são legais, que pede informação e a gente dá”</p> <p>“Teve uma vez que eu levei eles lá no Vale da Lua que eles pediu”</p> <p>“Perguntam onde é que tão as pousadas, o camping...”</p> <p>“Quando vem gente chata pro restaurante eu não atendo não”</p> <p>“tem turista que chega, acha que conhece a rua e tem rua muito perigosa (...) a rua é bem perigosa pra turista”</p>
O Veto	<p>“Aí quando eles vão lá a gente fala que o lugar é público, da gente brincar”</p> <p>“tem turista que já é mandão”</p> <p>“igual ali, ali é uma pousada do outro lado, a gente tá brincando, que é a casa da gente, aí eles vai lá, reclama pra recepção, a recepção reclama pros pais”</p> <p>“a gente ta brincando eles reclama”</p>
O Incômodo	<p>“Fica muito cheia pra andar”</p> <p>“Quando não tem turista é até mais legal porque... né?! Não tem muito carro passando, a gente brinca”</p> <p>“Muito barulho”</p> <p>“Atrapalha quando a gente ta jogando, tem jogo no campo aí a gente tem que ficar jogando na rua, aí toda hora passa muito carro, aí tem que ficar parando”</p>